

ENTREVISTA COM LUIZ

EDUARDO SOARES:

Os direitos humanos – pressuposto da segurança pública

Inês Assunção de Castro Teixeira [*]

Timothy Denis Ireland [**]

Marília Sousa Andrade Dias [***]

[*] Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora visitante da Universidade Federal da Paraíba (Centro de Educação).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4146-1623>

E-mail: inestei@uol.com.br

[**] Doutorando em Educação de Adultos pela Universidade de Manchester. Professor titular da Universidade Federal da Paraíba.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2986-581X>

E-mail: ireland.timothy@gmail.com

[***] Doutora em Educação pelo Programa de Doutorado Latino-americano em Educação: Políticas Públicas e Profissão Docente (UFMG/FaE). Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5023-2481>

E-mail: mariliasousadias@gmail.com

A Entrevista

Tudo começou com uma surpresa, com uma enorme alegria: a resposta de Luiz Eduardo à nossa pequena mensagem por e-mail, na qual estávamos arriscando o pedido de que ele nos concedesse uma entrevista para abrir este Dossiê. Pensávamos que seria o nome ideal, mas a expectativa era pequena. Alguns dias depois, recebemos sua mensagem de aceite, na qual vinha junto sua simplicidade e disponibilidade para receber-nos. Em seguida, foi acertar os detalhes: imaginar e discutir, com ele, o local, o meio e a temática/tópicos possíveis para a conversa; organizar o equipamento; passagens para o Rio de Janeiro; providenciar as cartas de seção de imagem e de som e seguir. Adiante, lá estávamos, em sua residência no Rio de Janeiro, onde nos acolheu entre o final da manhã e uma parte da tarde do dia 10 de janeiro de 2020. Entre alegria, uma pequena tensão — comum em certas entrevistas, diante da responsabilidade, da confiança e da generosidade do/a entrevistado/a — estava, também, presente, um sentimento de privilégio: poder conhecer e escutar, pessoalmente, Luiz Eduardo Soares. Poder conversar com ele sobre questões que nos inquietam, que nos preocupam, que nos afetam como brasileiros/as, como educadores/as, como pesquisadores/as.

Mas, afinal, quem é ele, esse homem pleno, simples, valente? Quem é esse professor, intelectual, pesquisador, pai e companheiro, amigo, esse brasileiro, carioca e muito mais? Por que escolhê-lo para uma entrevista? As razões estão abaixo, em suas palavras, em suas elaborações, em suas reflexões, em seu trabalho realizado até aqui, para o qual não faltaram ameaças, perseguições, riscos de vida. As razões dessa escolha estão em seu, diuturno e dedicado, compromisso com a construção de um Brasil igualitário, justo, diverso, no qual os Direitos Humanos sejam mais do que uma Declaração. No qual “os Direitos Humanos sejam entendidos como o fundamento da segurança pública”, nas suas palavras. As razões para essa escolha estão no que ele vai nos revelando, como ele vai se revelando ao longo da entrevista, articulando suas reflexões às suas experiências. As razões dessa escolha estão, ainda, no que ele nos apresenta em seus livros, artigos, palestras e entrevistas outras. São infinitas, quiçá, inesgotáveis, as reflexões a que Luiz Eduardo nos convida, nos convoca.

Efetuada a transcrição da filmagem, realizada a textualização da transcrição, a transcrição, segundo alguns pesquisadores dos domínios da História Oral, para fazer certa ‘passagem’ da oralidade ao texto escrito, observados os cuidados éticos, tais como fazemos nos trabalhos com entrevistas, aqui está uma proposta para apresentação da entrevista aos/as leitores/as. Certamente que outras opções haveriam para a sua ‘edição’ e apresentação em texto. Optamos por uma delas e a entrevista completa, em seu estado original, encontra-se com os/as entrevistadores/as e com o entrevistado, pois poderá servir a outros trabalhos e reflexões. Escolhemos apresentar a conversa quase na íntegra, realizando pequenas inserções ao longo do texto, para destacar ideias e para facilitar a leitura, uma vez que optamos por uma entrevista livre, na qual o entrevistado fosse seguindo, tal como desejasse, e os/as entrevistadores/as buscando questões ou destaques com base em sua própria narrativa. Entendíamos aquela entrevista como um encontro, como a possibilidade de ouvir um relato reflexivo, tal como ocorreu e não como um conjunto de perguntas e respostas. Daí a ideia de apresentá-la baseada em alguns destaques, vindos do próprio texto do entrevistado, nada mais, sem qualquer outra pretensão.¹

Esperamos que, conhecer um pouco mais de Luiz Eduardo Soares, seu pensamento e sua obra, seja tão gratificante para todos/as vocês quanto foi para nós uma oportunidade ímpar.

¹ Agradecemos o trabalho de transcrição da filmagem da entrevista realizado pelas pedagogas Ananda Cristina B. Silva e Haydenée Gomes Soares Manso. Agradecemos, também, à Fátima Soares Rodrigues pelo trabalho de revisão do texto.

Uma fecunda aprendizagem para nós, que tivemos o privilégio de ser recebidas/o por ele, afortunadamente, a quem reiteramos sinceros agradecimentos em nosso próprio nome e da Revista Temas em Educação!

O Entrevistado: Luiz Eduardo Bento de Mello Soares

Luiz Eduardo Soares é escritor, dramaturgo, antropólogo, cientista político e pós-doutor em Filosofia Política. Licenciado em Literatura Brasileira pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO), em um período de censura completa dos livros, sobre o que ele recorda: “Hoje dispomos de meios alternativos, na época não havia isso, absolutamente. Era a censura completa. Então a luta para que nós, e é importante a gente sublinhar isso, porque as pessoas mais jovens não têm a noção clara, vivida, do que é a luta para conseguir um livro. Os livros proibidos, quase todos, porque de alguma maneira eles podiam servir à reflexão, à crítica. Os livros são para isso, para fazer pensar, ajudar a pensar. Então, tanta censura, tanta proibição e a proibição indireta, a censura indireta que é talvez a pior, aquela que instila, como que infiltra na subjetividade de cada um medo...”

Mestre em Antropologia Social pelo Museu Nacional/ UFRJ sua dissertação foi publicada pela Zahar (1981), intitulada *Campesinato: ideologia e política*. Doutor em Ciência Política (Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj)), sua tese resultou no livro *A invenção do sujeito universal: Hobbes e a política como experiência dramática do sentido* (Editora da Unicamp, 1995). Premiada com menção honrosa pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), a tese discutiu questões da obra de Thomas Hobbes, visto o interesse de Soares em “fazer uma crítica do pensamento liberal, conhecer as suas origens, os seus fundamentos, além de discutir com os pensadores liberais tardios, contemporâneos, etc.”, conforme suas palavras. Luiz Eduardo Soares realizou, também, pós-doutorado em Filosofia Política.

Na vida profissional, ele inicia como professor em universidades e lembra que “infelizmente era muito difícil encontrar instituições superiores de Ciências Sociais, só as federais ou a estadual do Rio. Não havia oportunidade, não havia concurso, então nós dávamos

aula em faculdades particulares que começavam a surgir, mas oferecendo cursos próximos a Ciências Sociais e outras disciplinas, por exemplo, Jornalismo e Comunicação, ou Direito, enfim, Cultura Brasileira, História do Brasil. Íamos nos encaixando...”

Na docência há mais de quatro décadas, Luiz Eduardo Soares é professor pesquisador aposentado do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Atualmente, é professor visitante da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Foi professor do IUPERJ, da Universidade Candido Mendes (UCAM) e da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), pesquisador do Instituto de Estudos da Religião (ISER), pesquisador visitante do Vera Institute of Justice, de New York, e visiting scholar em Harvard University, Columbia University, University of Virginia e University of Pittsburgh.

Além de seus trabalhos na docência e na pesquisa, Luiz Eduardo exerceu várias funções de grande importância na governança pública. Entre elas, as de Secretário Nacional de Segurança Pública (janeiro e outubro de 2003); Subsecretário de Segurança e Coordenador de Segurança, Justiça e Cidadania, do Estado do Rio de Janeiro (janeiro de 1999 e março de 2000); Consultor da Prefeitura de Porto Alegre para Segurança Pública e Prevenção da Violência, sendo responsável pelo plano municipal de segurança dessa cidade e pela implantação do Projeto Piloto (em 2001); Secretário Municipal de Valorização da Vida e Prevenção da Violência de Nova Iguaçu (RJ) (2007-2009). Atualmente é professor visitante da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Até o atual momento de sua vida acadêmica e de escritor, Luiz Eduardo publicou mais de dezenas de livros, entre eles: *Meu Casaco de General: 500 dias no front da segurança pública do estado do Rio de Janeiro* (Cia das Letras, 2000); *Cabeça de Porco*, com MV Bill e Celso Athayde (editora Objetiva, 2005); *Elite da Tropa*, com André Batista e Rodrigo Pimentel (editora Objetiva, 2006); *Legalidade Libertária* (editora Lumen-Juris, 2006); *Segurança Tem Saída* (editora Sextante, 2006); *Espirito Santo*, com Carlos Eduardo Lemos e Rodney Miranda (editora Objetiva, 2009); *Elite da Tropa 2*, com André Batista, Claudito Ferraz e Rodrigo Pimentel (editora Nova Fronteira, 2010). Em 2011, publicou *Justiça; pensando alto sobre violência, crime e castigo* e, em 2012, *Tudo ou Nada: a história do brasileiro preso em Londres por associação ao tráfico de duas toneladas de cocaína*, ambos os livros, também, pela Nova Fronteira. Nos anos 1990, publicou, entre outros, os seguintes livros: *Os Dois Corpos do Presidente* (Relume Dumará, 1992); *O Rigor da Indisciplina* (Relume Dumará, 1993); A

Invenção do Sujeito Universal: Hobbes e a política como experiência dramática do sentido (Editora da Unicamp; 1994); *Violência e Política no Rio de Janeiro* (Relume Dumará, 1995) e o romance *O Experimento de Avelar* (Relume Dumará, 1997). Entre seus livros mais recentes, estão: *Vidas Presentes* (Cidade Escola Aprendiz, 2017); *O Brasil e seu Duplo* (Todavia, 2019) e *Desmilitarizar: segurança pública e direitos humanos* (Boitempo, 2019). Nos últimos 20 anos, o escritor publicou, também, inúmeros artigos para livros e/ou revistas especializadas, escreveu duas peças de teatro, um roteiro e um argumento para cinema.

O professor Luiz Eduardo recebeu 14 homenagens de órgãos públicos e da sociedade civil organizada, de reconhecimento pelo trabalho realizado. É membro da Advisory Board da Open Society Foundation, do Conselho da Anistia Internacional e cocriador da Flupp, Festa Literária das Periferias.

Como um dos maiores pesquisadores da violência policial no Brasil, quando exerceu funções de segurança pública, foi uma das primeiras autoridades a fazer o corte étnico-racial nessa temática. Intelectual e escritor brilhante, radicalmente comprometido com os Direitos Humanos e com a construção de uma sociedade democrática, justa, igualitária e diversa, Luiz Eduardo Soares se dedica, há décadas, à temática da violência e da segurança pública, seja como pesquisador, seja exercendo funções públicas, de governo e em Comissões, como a dos Direitos Humanos, o que resultou em fortes ameaças à sua vida e violentas perseguições. Quanto à sua aproximação à esta temática, sobre a qual é proeminente, reconhecido e eminente pesquisador e pensador brasileiro, Luiz Eduardo observa em sua entrevista: “Nessa área da violência, da segurança pública, fui tomando alguns cuidados quando eu me aproximei do tema. Me aproximei do tema é até falso, porque o tema se aproximou de mim e ficou.”

Salve, Luiz Eduardo Soares!!!

Com ele, a palavra.

“Era preciso ter uma dimensão, quantificando o que acontecia e compreendendo...”

Nessa área da violência, da segurança pública, fui tomando alguns cuidados quando eu me aproximei do tema. Me aproximei do tema é até falso, porque o tema se aproximou de mim e ficou, porque, no Rio de Janeiro, era impossível driblar, evitar o tema, não é? Foi se tornando imperioso, pauta cotidiana das conversas na esquina, das manchetes de jornal, etc.: *‘O que que estava acontecendo afinal de contas?’* Havia especulações, opiniões as mais superficiais, preconceituosas. Era preciso ter uma dimensão, quantificando o que acontecia e compreendendo e dando conteúdo ao que acontecia. Nós não tínhamos nada disso, nem quantidade nem qualidade. Nos anos 80, essa ideia de que hoje parece comum: *‘São tantos os homicídios, são tantos os homicídios culposos ou dolosos, são tantos roubos seguidos de morte, ocorreram tantas situações desse ou daquele tipo’*. São informações banais, triviais, mas necessárias, evidentemente. Elas, em si mesmas, não são suficientes, não explicam, não se autoexplicam, mas nos dão uma dimensão de fenômeno, enfim, são informações importantes. Não havia, isso não existia, nem sabia quantos: *‘Ué, quantos são?’* Se perguntasse à polícia, a polícia não saberia dizer. Poderia dizer: *‘Aqui na delegacia ontem, anteontem, o senhor veio aqui’*. O nível de desorganização, de falta de estrutura de gestão do conhecimento e de gestão, portanto, de quaisquer políticas, era uma coisa inacreditável, inacreditável! E, em 1995, 94, foi 1994, eu apresentei à opinião pública e, inicialmente, ao chefe da polícia civil que se chamava Dr. Mario Covas, homônimo do governador Covas, os resultados de uma pesquisa que se tornou possível, porque agentes governamentais importantes fizeram a generosidade de nos abrir acesso a dados, etc. Porque era uma dificuldade imensa, dependia de a autoridade governamental dar ou não acesso, e dar acesso tampouco era suficiente, porque mesmo a polícia estava compulsando dados manualmente, com processos que eram tremendamente precários. Mas nós tivemos o apoio do Dr. Nilo Batista, que era Vice-Governador, Secretário de Justiça e Secretário de Polícia Civil, na época havia Secretaria de Polícia Civil, Secretaria de Polícia Militar do governo Brizola. Nos governos Brizola, havia, então, esse esforço de abertura de informação, diálogo com a sociedade; nos outros governos, isso nem existia. Então, nós nos prontificamos, já que nos foi permitido ter acesso aos dados, apresentá-los, primeiro, ao chefe da polícia para que ele tomasse ciência antes de expormos os dados publicamente em jornais e etc.

“E não tínhamos passado a limpo a segurança pública e suas instituições”

E foi impressionante essa reunião, de que eu me lembro como se fosse hoje, em 1994, final de 94 por aí. Nós, eu e colegas de uma equipe, trabalhamos com uns dados de homicídios dolosos no município do Rio de Janeiro em 1992, e trabalhamos, também, não sei se foi no final de 94, talvez tenha sido mais no meio do ano. Nós trabalhamos dando um ou dois anos de espaço para que as investigações pudessem transcorrer, e a nossa intenção era saber quantos daqueles casos eram investigados, afinal de contas, sobre quais havia respostas, o que estava acontecendo no município do Rio? E apenas 7,8% dos dados tinham sido investigados, estavam sendo investigados e se não tinham sido esclarecidos até então, em dois anos, provavelmente, não seriam mais. Portanto, 92,2% eram os casos absolutamente sem qualquer averiguação, sem qualquer investigação. Nós entendíamos como investigados aqueles casos que tinham sido acolhidos, cujos inquéritos tinham sido acolhidos pelo Ministério Público que os considerava suficientemente instruídos e apresentava denúncia ao judiciário. Isso já seria suficiente para nós compreendermos que havia uma investigação com dados já relevantes. Só 7,8%, isso é absolutamente escandaloso! Mais de 90% dos crimes mais graves permaneciam impunes. Mas a nossa perplexidade ainda, eu digo nossa porque foi um trabalho coletivo, ainda era crescida a perplexidade por uma segunda, com a reação da direção da Polícia Civil que ficou tão perplexa quanto nós. Estávamos perplexos com os números e perplexos com a perplexidade deles diante dos números, porque eles não conheciam. Como é que é possível que a instituição não conheça? E tem que haver um esforço universitário, nós fizemos isso pelo núcleo de pesquisas do Institute of Social and Ethical Accountability (ISEA) que é uma ONG, mas muito dedicada à pesquisa e tal. Na universidade, eu era professor do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj). Na época, eu não sei se já estava, eu acho que já estava também na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), enfim, colegas também universitários, trabalhávamos ali juntos, no ISEA. Foi preciso uma universidade, um instituto de pesquisa trazer um pouquinho de discurso e de análise e de levantamento de dados para que a polícia tomasse consciência do que está fazendo. Como é possível então, organizar a força policial, definir procedimentos, avaliar o que faz, sem o resultado? Fica condenado a erros, se houver erros, você está condenado a repeti-los, não tem a menor noção do que está fazendo. É uma burocracia de 9h.

às 5h. da tarde, e vai embora, não é possível!! Os homicídios naquela proporção!! Então, foi chocante verificar a precariedade daquilo tudo e como é que as reações eram frágeis. Então, nós, alguns colegas, passamos a entender que nós tínhamos que assumir responsabilidade! Os operadores diretos tinham várias competências, entre as quais não se incluía, salvo exceções, não se incluía a noção de que se tratava de política pública que tem que ser tratada com racionalidade, diagnóstico, definição de prioridades, com planejamento, aplicação e execução do planejamento e avaliação. E, a partir daí, um monitoramento corretivo para que sejam identificados os erros e corrigidas as práticas. Isso que é trivial em qualquer empresa, em qualquer instituição e em qualquer agência pública. Não havia essa consciência, não havia na instituição, nas instituições, tampouco, da polícia militar, espaços, profissionais, mecanismos, procedimentos, instrumentos que proporcionassem o funcionamento institucional. Então, nós tínhamos uma máquina reativa, inercial, porque ela age conforme a tradição, pelo hábito que é terrível, porque são heranças do passado, dada a nossa natureza de transição para democracia. Dada a natureza da nossa transição, que foi negociada pelo “alto”, então nós mantivemos, na área da segurança pública, mantivemos as instituições, a cultura corporativa, os velhos valores, que vêm de antes da ditadura, atravessam a ditadura. Vêm lá do momento escravocrata, o racismo estrutural, a brutalidade de classes, tudo isso reproduzido e intensificado, qualificado na ditadura, com alguma alteração de rota e de alvo, e que é devolvido, esse aparato é devolvido ao momento democrático sem alterações, basicamente. Nós éramos herdeiros disso e não tínhamos passado a limpo a segurança pública e suas instituições. Então, a democracia no Brasil se deu com mudanças importantes em várias instituições, e algumas áreas permaneceram intocadas, sobretudo, essa da segurança pública. E, por razões diversas, poderia ser objeto de outra conversa nossa.

“Vamos fazer as denúncias e as críticas, que são indispensáveis, mas vamos, também, propor alternativas construtivas; [...] Os Direitos Humanos não eram um obstáculo...”

O fato é que nós estamos diante desse quadro, então nós decidimos o seguinte: *‘Vamos, cabe a nós, vamos assumir isso, vamos assumir essa responsabilidade, vamos fazer as denúncias e as críticas, que são indispensáveis, mas vamos, também, propor alternativas*

construtivas no sentido de que as nossas propostas sejam realistas o suficiente para que possam ser implementadas com começo, meio e fim.’ Elas podem ser ousadas e radicais, mas elas têm de apresentar, se apresentarem como viáveis, se houver vontade política. De que é que nós estamos falando? Como é que deveria ser? Então não basta, nós estávamos convencidos disso, fazer como nós fazíamos até então, e companheiros e companheiras nossas faziam até então, denunciar a brutalidade policial, a precariedade, a insuficiência, o caráter de classe, o viés de cor e de etnia e tudo mais. E de território. Tudo isso tinha que ser feito, essas denúncias tinham que continuar e se aprofundar, mas, paralelamente, nós tínhamos que começar a dizer como deveria ser e como pode ser, como poderia ser e apontar caminhos, senão nós não contribuiríamos porque os outros não sabiam, os políticos estavam absolutamente perdidos e as instituições policiais batendo cabeça, fazendo o que sempre fizeram, foram treinados para fazer aquilo, cabia à nossa geração intervir nisso. E aí surgiu uma oportunidade no Rio de Janeiro, houve um momento no Rio em que direita e esquerda se opuseram com muita clareza em 1998, na disputa eleitoral em 98.

Mas não que nós fôssemos envolvidos na gestão. Então, foi uma imensa surpresa o convite à véspera da posse do governo. O que eu contava, sim, de retorno por toda contribuição que eu tinha dado na campanha, eu particularmente, trabalhando muito na campanha, preparando os debates sobre segurança pública, etc., César Maia dizendo, conclamando mais repressão, mais violência policial dizendo que Brizola era o caos, era anarquia e que Garotinho traria mais anarquia, mais caos e era preciso ser mais repressivo, fortalecendo a repressão policial em todas as bandeiras. E nós dizendo: *‘Esse é o desastre, isso aí nos levou ao desastre, isso tem sido a constante, há outro meio de ser muito mais eficiente’*. Nós não dizíamos apenas *‘É preciso defender os valores dos direitos humanos, os valores democráticos e etc.’* Nós dizíamos, além disso, que, em fazendo, em defendendo os direitos humanos, nós seríamos muito mais efetivos, nós ofereceríamos resultados muito mais adequados às expectativas da população. Muito mais segurança, bem-estar, paz, menos violência, mais respeito, etc. Só se obteria esse resultado com respeito aos direitos humanos. Os direitos humanos não eram um obstáculo à implementação de uma política efetiva de segurança pública, ao contrário, pressuposto fundamental. E isso estava demonstrado em casos internacionais, em alguns casos isolados, no Brasil, isolados. E nós defendíamos, portanto, o que é o óbvio, o banal. Tarso Genro depois dará, ao seu projeto, como Ministro da Justiça, exatamente este título, *Direitos humanos*

e segurança pública, não são antagônicos, são faces da mesma moeda, e nós defendíamos aqui como uma série de propostas muito concretas. Aí, com o convite, eu resolvi, contra todos, todas as sugestões e opiniões dos amigos, familiares e etc., eu resolvi aceitar. Eu disse, ‘Bom ... Até porque o convite do governador era, *‘Vocês são tão críticos, vocês parecem que sabem o que fazer, agora eu quero ver, tá aí, então aí, faz aí!’*

“Os processos continuam, aqueles aparatos, aquelas máquinas de morte terríveis... [...] Tinha que consertar o avião enquanto ele voava... [...] E muitas vidas foram salvas [...] Esse esforço mostra que é possível...”

E aí foi o ano mais importante da minha vida, do ponto de vista das lutas sociais com as quais eu me envolvi, porque eram 24 horas no ar. Foi o ano em que eu vivi mais intensamente. Reduzi a minha expectativa de vida ali com todas as questões físicas que decorrem dessa dedicação, uma ansiedade grande, uma enorme angústia, porque a gente tinha que consertar o avião enquanto ele voava, não é? Trocar o pneu do carro enquanto ele estava transitando. Não dá para parar: *‘Vamos suspender o mundo aqui, todo mundo para, o outro não mata, não atira no povo, a polícia para.’* E, agora, nós vamos ajeitar as coisas. Os processos continuam, aqueles aparatos, aquelas máquinas de morte terríveis, as reproduções, então eram lutas muito difíceis que eu descrevo no dia a dia no livro. Tenho vários livros e eu aprecio os livros. Claro que eu fiz, eles têm contribuições diferentes, mas esse, talvez, seja o livro mais importante, porque está ligado à experiência mais importante que tive na vida do ponto de vista público. Foi o livro *“Meu casaco de general”*, publicado em 2000, pela Companhia das Letras. *“Meu casaco de general: 500 dias no front da segurança pública do Rio de Janeiro”*, que é um diário dessa luta nos bastidores do poder, indicando tudo que está envolvido em cada proposta, em cada medida, programa, projeto e que, de fora, não se percebe, não se vê. Então, desde aquilo que desrespeita apenas a racionalidade, o que está certo, o que é melhor, o que funciona e o que não funciona, até as questões práticas de como fazer funcionar e de boicote, as lutas que se dão nas dimensões do poder no dia a dia. As ameaças, os golpes, a sordidez e, ao mesmo tempo, também o companheirismo, tudo que surge daí. Foi uma experiência muito vibrante, com resultados muito impactantes, que podem ser descritos como copo meio vazio, copo meio cheio, não é? Nós, eu

fiquei só um ano e três meses, ali no período da transição, mas, nesse ano e três meses, a gente aprontou muito, muito, muito. Só uma amostragem dos resultados efetivos do que foi produzido, ali, no *Meu casaco de general*, vou descrevendo. Pode ser que tenha excedido ou muito pouco diante do que a gente precisa, daquilo que resta e, afinal, do que não se impôs. Claro que a gente acabou com as novidades que a gente trouxe e as inovações, e isso se reforma, isso tudo, depois, gerou uma contrarreforma, ondas sucessivas que foram varrendo algumas conquistas, mas, ao mesmo tempo, nós fomos mostrando que eram possíveis outros caminhos. Isso foi sendo experimentado, isso está na história, está registrado e alguns resultados. Por exemplo, há coisa de duas semanas, não me lembro exatamente, mas há pouco tempo, o site UOL publicou um gráfico com dados que eu já tinha, eu e colegas publicamos dezenas de vezes, mas sobre a forma de gráfico no UOL acaba tendo outra projeção, mostrando os dados relativos a mortes provocadas por ações policiais no estado do Rio de Janeiro desde 1998. A linha do tempo poderia ter sido estendida para mais, mais atrás. Mas, de 1998 até hoje, 99 foi o ano com menor número de mortes provocadas por ações policiais, em uma grande desproporção com o que vinha antes e depois. O que que aconteceu em 99, se alguém parar para olhar, *‘Curioso, o que que aconteceu em 1999?’* Os números são horríveis, porque se você pensar em termos internacionais, nós tivemos, não me lembro, algo como 238, 242 mortes, eu não me lembro o número preciso, mas algo por aí em torno de 240 mortes provocadas por ações policiais. É um absurdo, é inaceitável e não é número para se comemorar, mas no ano passado, 2019, nós tivemos 1810, 1810! Nos anos posteriores àqueles, nós tivemos 1200 e tantos, 930, e tivemos 240 em 1999 e isso foi fruto de muita, muita luta. Então é um número muito ruim em termos absolutos, claro, mas se você comparar com o que vinha acontecendo antes e com o que acontece depois, aconteceu alguma coisa. E muitas vidas foram salvas e esse esforço mostra que é possível, é possível o quê?

“Não estamos falando de qualquer violência, mas daquela que é matriz. [...]. Segurando essa máquina de morte. [...] É possível controlar tudo isso, resolver o problema não, mas reduzir drasticamente”

Nós somos idealistas, sonhadores, vamos transformar as polícias, transformar a segurança pública. Pelo menos a brutalidade do Estado, que não é irrelevante, vou dizer por que, mas é muito óbvio, não é irrelevante, pelo menos essa pode ser contida. Se nós contivermos a brutalidade policial, que é a brutalidade do Estado, nós vamos impor uma inflexão de não violência muito impressionante pela magnitude do problema. E isso, em si mesmo, tem um valor muito expressivo, porque nós não estamos falando de qualquer violência, mas daquela que é matriz. Se nós não contivermos a violência do próprio Estado, se o próprio Estado não se subordinar à Constituição, então nós estamos completamente perdidos. Porque esse é o início para que nós possamos, junto à sociedade, impor restrições à violência, contendo, etc. Mas, se o Estado existe para isso, supostamente, entre outras missões e em seu monopólio do uso da força (é isso que define o Estado), então, se ele não cumpre esse papel, se é promotor da violência, digamos da guerra de todos contra todos, então nós estamos perdidos completamente. Isso é possível. O Brasil pode ser menos violento mesmo com o neoliberalismo, com as injustiças sociais absurdas, com o racismo estrutural, com essas desigualdades. Pode. Pode ser menos violento mesmo com tudo isso. Então eu acho que é uma questão decisiva. *'Ah, então você está dizendo que a gente deve aceitar as desigualdades todas, que está tudo muito bem, porque cuidando da questão da violência, isso basta?'*. Não, de jeito nenhum, ninguém está dizendo isso! É preciso que a gente enfrente todos os problemas, todas as questões. O que eu estou dizendo é que, mesmo sendo um país injusto e nós somos em todos os níveis, se nós fossemos menos genocidas, nós estaríamos contribuindo para mudanças em outras áreas. Por quê? Porque sem a brutalidade policial tal qual como existe hoje, a criminalização da pobreza, a privação da liberdade, vamos chegar no encarceramento de tudo isso, haveria mais participação. Pelo menos, espaço para mais participação, uma base, para mais politização no bom sentido da palavra, mobilização em torno de questões públicas, questões comuns, questões coletivas da cidade, da república. Isso é impedido, é bloqueado por vários fatores, entre eles, a violência. Quem é que vai criar uma associação de moradores em uma comunidade dominada pela milícia ou pelo tráfico? Isso é impossível! É quase impossível! Você tem que negociar ali com os que dominam de tal maneira que tudo perde vitalidade, espontaneidade, liberdade e potencial político. Então, se nós tivermos comunidades livres, sem essa opressão armada, que é cada vez mais a opressão da própria polícia, da milícia e, em terceiro lugar, do tráfico, nós teríamos um potencial participativo democratizante que nos ajudaria no avanço de lutas

políticas contra as desigualdades, contra o racismo estrutural, contra misoginia, etc. Tudo isso, de alguma maneira, seria também alimentado, estimulado pela liberdade que decorreria de um novo estado de coisas com menos violência. Nós mostramos que é possível. Segurando essa máquina de morte, mudando seu modo de funcionamento. É possível controlar tudo isso, resolver o problema não, mas reduzir drasticamente com um impacto muito importante. O que fazer para isso, nós mostramos que isso é possível, isso é possível. E o caminho é o avesso do que nós temos, é o inverso do que nós temos.

“O que o senhor faria? [...] Por onde vem os suprimentos de armas?”

Então, imagina a cidade, se a polícia parasse de matar, nós teríamos a redução quase a metade no número de homicídios. Uma vez, uma autoridade, um governador temporário que estava cumprindo missão, me convidou para uma conversa, me pediu uma conversa informal. É claro que eu não me furto a conversar, evidentemente, essa é minha função, acho que é minha obrigação, sempre que eu puder dizer alguma coisa, se de alguma maneira ajudar a mudar. Não para endossar, legitimar, um conselheiro que fica ali ao lado no fundo legitimando as coisas que são, mas para tentar mudar, denunciar o que está acontecendo e cobrar mudança e orientar no sentido da mudança, é claro, quem quiser ouvir, se dispuser a ouvir, eu vou falar. E a pergunta dessa pessoa foi uma pergunta muito sincera, muito honesta, disse ‘Olha, nós estamos totalmente perdidos, o que o senhor faria?’ Eu disse: *‘Olha, é muito difícil dizer assim, até porque isso tem que ser tecnicamente elaborado, são muitas as questões. Eu tenho as minhas opiniões e outros colegas também poderiam ajudar. Mas eu tenho certeza quanto a um ponto que é muito simples: eu pararia de fazer tudo que vocês estão fazendo em termos de favela, periferia, etc., as invasões policiais PARA TUDO. Polícia não atira mais, não invade mais, PARA! Para e, nessa respiração, abre uma negociação com as comunidades, um entendimento, um diálogo com as comunidades na busca de uma repactuação, ou ouça as comunidades, veja o que está acontecendo. Como as polícias estão entrando, matando, atirando, agindo em relação ao morador, o desrespeito todo, as abordagens absurdas com as mulheres, idosos, crianças e os jovens, os jovens que são as principais vítimas. Parar com isso!’* Bom, isso vai

parecer que nós estamos abandonando a segurança pública, lavando as mãos, deixando o crime prosperar. O crime está prosperando, o crime está se reproduzindo, tudo que vocês estão fazendo não está resultando em nada significativo e, além disso, estão matando, estão humilhando a população, ameaçando, estão vivendo uma situação de terror e com ódio crescente em relação ao Estado, crescente desrespeito às instituições, falta de crença e confiança. Então, não está adiantando, o que vocês estão fazendo é simplesmente a reprodução do pior em todos os sentidos. Então, não se trata de abandonar, se trata de pensar então em como agir e passar a agir de outra maneira. Por onde vem os suprimentos de armas? O problema nosso são as armas, eu estou falando de mortes, mortes por uso de arma de fogo, porque, se não houvesse arma de fogo, estariam brigando? Um esfaqueando o outro? Se isso reduz a milésimo a situação. Nós estamos falando de arma de fogo, a questão é arma de fogo. Como é que elas chegam lá? Qual a participação da polícia em não fazer nada e em contribuir para tráfico? Para o tráfico de armas? É invadindo que nós vamos combater o tráfico de armas que é um grande problema? Sabemos que não! Até pelos resultados todos, não é esse o remédio. Então, qual o nosso problema? Conter o fluxo das armas, o suprimento de armas, e o segundo ponto é o recrutamento, isso aí é muito importante.

“As milícias chegaram ao poder [...] É uma opressão muito lucrativa, e todos são subordinados às regras do jogo [...] Como enfrentar isso?”

Há duas questões no Rio de Janeiro, onde nós temos o domínio, hoje, já da maior parte dos territórios populares por milícias que são máfias criminosas brutais compostas por policiais. As milícias chegaram ao poder. Então, a situação das milícias no território é uma situação que tem que ser enfrentada. Como enfrentar isso? Eles dominam inclusive o acesso às terras, constroem edifícios irregulares, como aquele que caiu, matando tanta gente. Vendem esses apartamentos que são construídos de forma precária, colocando em risco a vida das pessoas, destruindo o meio ambiente e taxando todas as operações comerciais que se dão no território. É impondo monopólio para a compra do gás na sua própria venda. Enfim, é uma opressão muito lucrativa, e todos são subordinados às regras do jogo, a violência ali imposta e às taxas todas de extorsão. É engraçado o governador dizendo: ‘Os roubos caíram no Rio de Janeiro!’. Eu tenho vontade de perguntar, ‘Governador, o senhor não está incluindo os roubos perpetrados

pelas milícias cotidianamente em todos os territórios, quase todos os territórios?’ Porque o roubo é uma subtração por coação ou violência, por coerção de alguma maneira de bem alheio, isso é o roubo. Então, o que você faz quando diz: *‘Olha, você me dê aí, metade ou um terço do que você ganha. Me dê um X em dinheiro. Ou, ‘Eu quero tanto da Van, do que você ganha no dia da Van.* Como é possível, então, dizer que caíram os roubos, se não são computados, porque, evidentemente, ninguém vai denunciar, ele não é bobo, porque senão morre. Todos esses roubos, cotidianamente, é o roubo institucionalizado! Boa parte do estado, da cidade. Aí, da outra ponta, a gente tem o que acontece na economia nacional com esse esbulho, que são os ganhos do capital financeiro, que detém hegemonia sobre o nosso sistema. Escolas, crianças, as aulas são suspensas, atendimento de saúde suspenso, a vida vira um horror, uma insegurança terrível e não produz nenhum resultado. Vamos trabalhar com a obstacularização ao suprimento das armas e ao processo de recrutamento. E aí todo um ponto que vai nos levar à juventude e à questão, também, seja do encarceramento, seja das instituições socioeducativas. De outro lado, nós temos o problema das milícias, problema pelo qual eu comecei, aqui, esta breve exposição. Então, quais as milícias? Para nós tratarmos as milícias, nós temos que tratar das polícias, nós estamos falando de policiais.

“Por que recrutam? [...]. Nós podemos competir com essa dinâmica, estabelecendo aqui outro mecanismo de recrutamento...”

Como é que nós podemos ter, de um lado polícia... Quando nós conversamos sobre isso no exterior, é até engraçado. As pessoas pensam que não estão entendendo bem, tem um erro de tradução. Dizem: *‘Espera aí! Esse domínio dos territórios, etc., eles são policiais?’ ‘São, boa parte sim!’ ‘Mas espera aí, não estou entendendo, são policiais?’ Então por que que eles continuam sendo policiais? Por que a polícia não acaba com isso, se é a própria polícia que está produzindo isso?’ ‘Sim! É óbvio.’* Então, o primeiro ponto, é a mudança desses, os policiais estão operando dessa maneira. A história das milícias diz muito a respeito do Brasil, da sociedade brasileira, a instituição policial, estava todo um ramo aqui, um setor de conversas que nós podemos ter. E do outro lado, o tráfico e a sua máquina de recrutamento de jovens. Quando há um recrutamento, porque há duas maneiras de pensar o enfrentamento do tráfico. Uma é aquela maneira tradicional, o enfrentamento como confronto bélico: *‘Vamos destruir*

isso aqui!'. E, o outro, é entender a sua dinâmica: *'Espera aí, eles estão aqui, como é que eles se formam? Como é que esses grupos são formados? Esses grupos se alimentam, recrutam, eles perdem aqui, morrem aqui, são presos ali, mas eles continuam funcionando por quê?'* Porque eles recrutam. Porque oferecem alguma coisa, não recrutam apenas e, principalmente, por coerção, *'Você é obrigado a entrar aqui!'*, porque, se fosse assim, na primeira oportunidade, eles sairiam, trairiam. Não, eles são atraídos, então há algum benefício. Se atrai oferecendo algum benefício do ponto de vista de quem é atraído. Nós estudamos isso, está bem estudado, quais são os objetos de atração? O que está sendo oferecido? Está sendo oferecido valorização, reconhecimento, sentimento de pertencimento e acesso a bens materiais. Os dois lados, não é? O material e o afetivo, o subjetivo. Todos esses ingredientes são fundamentais, eles vão se complementando. Então, se é assim, nós podemos competir com essa dinâmica, estabelecendo aqui outro mecanismo de recrutamento. Vamos oferecer reconhecimento, valorização, gratificação e acesso, bens materiais, oportunidades, etc., para isso, existe o Estado, existem políticas públicas. Você entende qual é o mecanismo? Vamos disputar, e não é nada de outro mundo, não. Estamos falando de bilhões dos dólares dos juros bancários, nós estamos falando de operações limitadas com benefícios, trabalhando a escola, evasão escolar, o papel da evasão escolar. Um garoto que acha a escola o fim da picada, que não se sente atraído, recrutado, seduzido pela escola, que não tem nenhuma perspectiva de trabalho que seja gratificante, que abra horizontes de inclusão. Nesse espaço, nesse limbo, vê uma oportunidade de valorização, de afirmação de sua imagem, autoimagem, sua estima e autoestima, etc. Por esse caminho, com acesso a recursos, também o caminho do tráfico, por exemplo, que, nele, vai fazer parte de um grupo dotado de alguma valorização, etc. Enfim, vamos competir, a competição, a criação por mecanismos inteligentes pode oferecer o mesmo que o recrutamento do tráfico, oferece com o sinal invertido, porque nós estamos oferecendo alguma coisa sustentável, positiva, construtiva. Lá, todos esses benefícios são temporários e ilusórios, acabando produzindo o contrário, não é? São arriscados e, fatalmente, vão conduzi-los para o caminho da destruição. Se não, à morte, à prisão. Ou à humilhação social, a falta de perspectiva, gerando temor, repugnância e aprofundando estigmas e não a autoestima. Então nós podemos competir, em vez da guerra que é inútil e só aprofunda problemas, intensifica o racismo estrutural, intensifica as desigualdades, apartamentos, separações, nós podemos operar no sentido construtivo, positivo com essas políticas públicas. E do lado de cá, contendo e mudando as máquinas policiais, reconhecendo

o nível de exploração a que estão submetidos os policiais. Essa história da degradação institucional tem a ver com perversidades individuais, lealdades que são construídas, oportunidades criminosas. Recrutamentos também é um tipo, mas têm a ver, também, com o nível de exploração a que são submetidos os trabalhadores policiais nas suas instituições. Os níveis são impressionantes, só para dar mais substância ao que estou dizendo, também para não soar falso ou retórico.

“A situação é absurda! [...] Nós estamos falando das transformações necessárias no universo policial”

Uma promotora do Rio de Janeiro, recebendo denúncias, foi verificar *in loco*, denúncias de policiais sobre o que estavam sofrendo nas suas instituições, foi verificar *in loco* e depois redigiu um relatório sobre o que viu. E ela começava na primeira versão do relatório, depois ela mudou por motivos óbvios. Ela dizia: *‘Visitei as UPP A, B, C, D, E, etc., para verificar a procedência ou não das denúncias que recebi, e encontrei ali trabalhadores policiais militares trabalhando em condição análoga da escravidão’*. Containers 50° à sombra; ar refrigerado não funciona; não tem nenhuma conservação; sem higiene; não havia condições sanitárias; faziam as necessidades no mato; sem água; sem alimentação, tinham que mendigar, nos bares da comunidade, alguma alimentação; coletes à prova de balas vencidos; sem treinamento; sem norte e sem orientação, aí se sentiam amedrontados. E, pior, num regime de trabalho em termos de jornadas, superiores jornadas, regimes superiores àqueles estabelecidos legalmente, mesmo em condições excepcionais. Porque o policial militar tem o seu regime de trabalho, as suas jornadas transcritas em casos excepcionais de crise, elas são passíveis de extensão até um certo limite, esses limites tinham sido superados ilegalmente. Os regimentos disciplinares ilegais, inconstitucionais, arbitrários, o superior pode mudar administrativamente, prender sem o direito à defesa. Então, o policial não pode reclamar, negar-se a cumprir qualquer coisa, não pode se organizar, não pode se pronunciar publicamente, não pode ir a Ministério do Trabalho, não tem sindicato, não tem nada disso. Qualquer reclamação – ou hesitação no cumprimento do que é o seu dever – implica uma mácula na carreira, status, etc. A situação é absurda e só é viável porque eles são militares, o civil teria pelo menos seu sindicato para impor algum limite a tudo isso.

Então, a natureza militar da discussão tem servido como instrumento de hiperexploração da força do trabalho. Isso tudo tem que ser computado, considerado, quando nós estamos falando das transformações necessárias no universo policial, mas, por outro lado, temos essas questões sociais aqui que têm que ser enfrentadas. Há muito o que fazer, mudando as concepções fundamentais, e a mensagem básica é: ‘Podemos ser um país menos brutal, menos violento, e abrir espaço para participação construtiva’, que será tão relevante para mudança de estruturas se nós alterarmos o modo de funcionamento do próprio Estado, antes mesmo que venhamos a obter sucesso na luta contra desigualdades, na luta de transformação do sistema capitalista no Brasil. Não precisamos cruzar os braços à espera da redenção, não é assim que essa redenção virá, não é assim que funciona. Podemos agir já, salvando vidas. Sim, isso é relevante, esse é o ponto-chave.

“Essa criança com uma arma, e quem é que deu a arma à criança? [...] Quando a criança aponta a arma, ela estende a mão, é um movimento duplo.”

Sobre as Instituições Socioeducativas, aí acho que há dois pontos. A maior parte das instituições, nessa área, não cumprem o Estatuto da Criança e do Adolescente. Há muita gente boa, muitos funcionários e funcionárias que procuram fazer o seu melhor, mas, de modo geral, infelizmente, as entidades socioeducativas são um fracasso. De fato, não são regidas pelo Estatuto e, muitas vezes, são sucursais desse sistema penitenciário. E o que acontece, se tem essa criança, esse adolescente... Eu costumo dizer, muitos e muitos anos isso, virou um mantra, que a primeira experiência, podemos falar de quem já se profissionalizou por assim dizer, quem já se naturalizou, incorporou certas práticas, porque, evidentemente, aí há toda uma mudança psicológica que decorre da adaptação à nova prática, ao novo ato. Mas, na primeira experiência, e há uma primeira cena quando alguém ingressa no mundo do crime por assim dizer, a primeira experiência de contato com a arma, de uso da arma, por exemplo, para um assalto, é muito tormentosa. É muito tensa, gera muita angústia, ansiedade: a criança tem medo, se sente naquela aventura com a adrenalina a mil, estimulada pelo que obterá se tudo der certo. Ao mesmo tempo, com medo e com as divisões internas que sempre ocorrem nessas situações. Essa criança, quem é? Em geral, alguém que pagou um preço caro por ser pobre, por morar em uma comunidade.

Eventualmente, ser negra em uma sociedade racista ou pobre em uma sociedade capitalista tão desigual como a nossa, em territórios vulneráveis. Se a criança não é vista, ela é invisível socialmente. Continuará sendo depois de ser criança, provavelmente. E sendo crianças, estando em um momento de constituição, ainda é mais doloroso. Então, se ela se dirige a alguém na rua e se ela está maltrapilha, está vestida como alguém que é vista como inferior socialmente, ela não vai ter nem resposta de uma pergunta, não vai conseguir um diálogo se dirigindo a alguém. Vai gerar, nessa pessoa, desconfiança, medo, repugnância: a pessoa fecha o vidro do carro se essa criança se aproximar. Então, ela ou é invisível – parte ali do mobiliário urbano, parte da paisagem, desaparece, não é um ser humano – ou é motivo de repulsa e medo. Quando nós não somos vistos pelo outro, nós perdemos nosso próprio sentido de existência, nossos valores e nossa existência decorre do olhar alheio, que projeta, sobre nós, a nossa própria humanidade, devolve, a nós, a nossa humanidade. Nessa reciprocidade, é que nós nos construímos como seres significativos, seres humanos, e, quando o outro não nos vê ou projeta, sobre nós, o seu medo, até seu preconceito, de fato nós somos anulados e nos tornamos invisíveis. E, nisso, há experiências, inclusive a esse respeito, isso é demolidor, isso é devastador, até para adultos. Eu já vivi situações assim, de racismo, na Europa e tal. E é uma coisa devastadora, porque você se dirige a cada um, é como se você não existisse, não há resposta, você não existe ali. Depois que isso se repete, isso vai se tornando enlouquecedor, é terrível. Então, essa criança com uma arma, e quem é que deu a arma à criança? Alguém que já passou por esse capítulo e está em um capítulo subsequente, da mesma guerra. Essa criança com uma arma, um dia, aponta para alguém a arma e o outro alguém, ao invés de desprezá-la, de não vê-la ou de simplesmente mostrar repulsa e simplesmente mostrar medo, vai ter de obedecer, vai ter de responder, vai ter de se situar. E a arma é uma espécie de passaporte para a visibilidade, afirmação de poder, de presença, um constituinte ontológico, um instrumento de afirmação antropológica, nesse sentido. Claro que isso vai ter ligações danosas ali na frente, para essa criança. É claro que é o tipo de afirmação. Ela é muito perversa, por todas as razões, mas naquele momento, ela se sente valorizada, reconhecida, ainda que dessa maneira torpe. Ocorre que, quando a criança aponta a arma, ela estende a mão, é um movimento duplo. Exige, claro, nós não podemos dizer isso para todos os interlocutores. Uma vez eu disse isso no programa do Jô Soares. Foi um desastre, porque tentando explicar que, no movimento da arma da violência, há outro movimento

associado a esse inconsciente em outra dimensão virtual, que é a extensão da mão, buscando o contato humano, buscando comunicação. É um grito, não do alto da soberba e da impotência, mas lá do fundo do desespero e da depressão, do fundo do abismo de si mesmo, um pedido de socorro para que o outro olhe, ouça para que se estabeleça um contato. Mas é preciso ter preparo para entender o que significa a multiplicidade de dimensões, o que significa inconsciente, o que significa duplicidade contraditória e movimento, ou, então, não se vai entender. É claro que ali, eu tendo diante de mim, alguém aponta uma arma, o que eu tenho é medo, desespero, ódio, o que seja, como qualquer ser humano, evidente, mas, analiticamente, a gente pode compreender essa outra dimensão.

“Esse adolescente acaba absorvendo esse discurso e construindo, para ele mesmo, uma identidade...[...] Profecias que se autocumprem.”

O que a gente faz como sociedade diante desse quadro? Encapsula, priva de liberdade, joga em uma instituição total. Na instituição total, se a premissa é verdadeira, aquela que eu afirmara antes, que a instituição do socioeducativo, muitas vezes, não cumpre o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) e, muitas vezes, infelizmente, malgrado os esforços de tantas boas pessoas ali, funcionários, funcionárias, acaba sendo uma espécie de sucursal de semipenitenciária. Então, muitas vezes, essas instituições totais são horripilantes, até em casos, conheço tantos casos, são horripilantes, parecem uma lata de lixo que você deposita pessoas. Ora, se você está em uma lata de lixo, você começa a se perguntar, em algum nível da sua psique, não necessariamente em um plano consciente, se você merece estar ali mesmo, se aquilo é o seu lugar. Porque se for, e se aquilo é uma lixeira, você o quê que é? É lixo, não é? Quem está na lixeira é lixo, e você começa a ouvir esse espaço lhe dizendo, transmitindo os seus discursos, segundo o qual você não passa de um lixo, por isso, você está ali. É o que o ambiente lhe diz na Sociologia Fenomenológica dos anos 60, 50 - 60 até 70, que tinha muito espaço. Dizia-se que se tratava de estruturas de plausibilidade. São estruturas externas ambientais, arquitetônicas, práticas organizadas disciplinarmente, que devolvem, a você, o fundamento que confere verossimilhança a certo discurso sobre você e sobre o mundo. Tornam verossímil certo discurso que a instituição emite, oficialmente, sobre você e sobre o mundo. Goffman trabalhou muito com isso nas instituições totais, eu me lembro que o Michel Foucault, aqui, na PUC, em

1974, eu acho, acho que foi em 1974, que ele dá o curso *A verdade e as formas jurídicas*, aqui, na PUC do Rio. Fiz o curso, eu estava presente e ele fazia uma grande homenagem ao Goffman, que foi fundamental na sua formação, etc. E essa ideia é muito importante, depois ele trabalharia, Foucault. Trabalharia também com isso, com outros termos no seu *Vigiar e punir*, a face externa, os cuidados, a higiene ou a sujeira; a beleza ou o rancor da concretude do espaço: há certa emoção no espaço, na arquitetura, no modo de organizar o espaço e de desorganizá-lo na putrefação dos objetos e elementos. Isso tudo é um discurso que é absorvido, que dá plausibilidade e dá verossimilhança do que se diz sobre você: *'Você é um lixo!'*. Ora, você acaba como um personagem aqui no nosso imaginário, esse adolescente acaba absorvendo esse discurso e construindo, para ele mesmo, uma identidade de acordo com o que o meio afirma. Então, de fora para dentro, você vai absorvendo essa identidade e essa identidade é o quê? É um conjunto de práticas. Também não é só subjetivação e sentimento, isso se traduz em prática. Então, se eu sou o lixo, eu vou agir de acordo com isso que sou, eu vou agir como lixo, eu vou perpetrar o lixo, quer dizer o esgoto, o oposto ao que seria de se esperar na vida humana coletiva, da sociabilidade do respeito, da dignidade. Eu vou violentar o outro, eu vou praticar a violência, a violência passa a ser o que decorre naturalmente de uma subjetividade que é construída de fora para dentro dessa maneira. Ou seja, a instituição que deveria, segundo as nossas concepções de usuários oficiais, corrigir os jovens, ela serve para lhes definir um destino, conferir-lhes uma identidade compatível com a realização de certo destino de destruição. Daí, muitas vezes, se diz *'Ah, é claro que ele seria sempre assim, aquela pessoa estava destinada a ser aquilo mesmo. Você estava com ilusão de que se modificaria, mas nasceu assim, vai ser assim'*. A profecia se autocumprir, porque nós estamos construindo, pela mediação institucional, esse futuro desastroso. Esse destino está sendo produzido, engendrado pelas instituições, pelo seu discurso. E nessas expectativas afirmadas e concretizadas nessas arquiteturas, disciplinas e práticas, essas profecias acabam se cumprindo, se confirmando. São profecias que se autocumprem e, quando nós fazemos essas projeções, essas previsões negativas, nós estamos realizando, ajudando a realizar o pior dos potenciais dessas crianças e desses adolescentes. É verdade que, no gesto inaugural, quando pensamos na origem dos momentos genealogicamente mais significativos, se, na origem, nós temos esse braço que se estende pedindo socorro, porque há uma fome maior que a fome física, que é a fome do reconhecimento e valorização, então nós deveríamos atender a essa reivindicação, a essa demanda, oferecendo reconhecimento e

valorização pelos modos mais diversos. E nós oferecemos a punição, que destina esse sujeito ao fim trágico. Reiteramos o problema, em vez de apontarmos solução. Agora, quando eu digo acolhimento, reconhecimento, valorização que é o que está sendo solicitado, não significa não impor limites e não significa fingir que tá tudo bem e que não há ali ódio, violência, que tem que ser alterados, dissociados dos compromissos violentos, etc. Assim como acontece dentro de casa, com o filho que você tem de impor limite e, ao mesmo tempo, compartilhar o afeto, o que é muito difícil... Essa conjugação é fundamental, ninguém que tem filhos passou alheio a esses desafios, dilema, não é? Limite nenhum leva ao desastre o próprio filho até físico, não é? Se automutilar, enfim, não há como não restringir, não conter, não abraçar e o abraçar, aí, significa conter também, limitar também. O que aliás nos remete, até me permita um parêntese. Há uma questão que me parece bastante interessante. É curioso que nós temos, e com toda razão, o horror. Nós, sobretudo a minha geração de 1968, libertária, nós temos horror à repressão, e com razão, repito. Tudo que remete à repressão, que é limitação de liberdade, a um libertário, soa inaceitável, repugnante. Mas nenhum de nós consideraria, eu aposto, que se trata de restrição de liberdade a repressão ao ato violador. Assim, se tem um adulto e você está diante da iminência de esse adulto agredir ou abusar, violentar uma criança, qualquer um que tiver alguma disposição física vai se lançar para obstar essa prática, para reprimir essa prática e não se pensa como repressor da liberdade do violador, se pensa como defensor da criança, da integridade física, da integridade moral que seja, da liberdade da vida da criança ou da vítima. E se nós pensarmos assim, nós vamos entender que há um espaço para repressão, para essa palavra horrorosa, que pode não ser entendida como repressão no sentido negativo da palavra, mas como proteção daquele que está sendo alvo de uma violação.

“Nós não sabemos o que fazer e nós a cerceamos na jaula. É uma atitude nada civilizada”

E isso nos mostra, por exemplo, que o papel da polícia é um papel muito mais complexo, que pode ser entendido de uma maneira muito mais positiva, em certas circunstâncias. Se a polícia, o policial opera de acordo com os marcos definidos pela Constituição e pelos Direitos Humanos, ele deveria, no modelo ideal, obstar a violação usando apenas os recursos necessários para se opor àquela força que viola, nada mais, nada além disso, em defesa da vítima real

potencial. Essa é uma maneira de compreender o trabalho de quem usa a força, porque a instituição policial é aquela que dispõe da força comedida. Essa, tecnicamente, é a expressão de quem dispõe ou aplica a força comedida. E comedimento tem a ver com um gradualismo, esse gradualismo é definido nos códigos que se chama “gradiente uso da força” e tem a ver com princípios legais, princípios éticos, da legítima defesa, dos direitos humanos etc. etc. É algo que se usará em defesa da vítima, a força necessária para conter a violação, apenas aquela ou para defender-se quando a vítima é você mesmo, que é um direito humano universal. Então nós nos aproximamos dessa área das instituições, no caso da juventude, com esse olhar. O segundo olhar seria extensivo ao mundo adulto, a ideia de que a privação de liberdade é um tipo de violência que jamais poderia produzir qualquer benefício e que não pode ter nenhuma virtude. Ah, mas então o que que legitima a existência de um espaço de cerceamento de liberdade? A autodefesa no sentido animal bélico, que é justificável para a sobrevivência, enquanto a civilização não for capaz de inventar nada razoavelmente civilizado, compatível com suas expectativas de ser mais virtuosa, não é? Ou seja, do meu ponto de vista, só é admissível a prisão, a privação de liberdade de alguém, quando se trata de reconhecimento de uma prática violenta, que continua pesando como uma ameaça à sociedade, para alguém ou para algumas pessoas, etc., se há possibilidade de aquela pessoa agindo assim, voltar a agir, e nada garante que não o faça por conta da torpeza do seu ato, da vileza do que fez, etc. Nós não sabemos o que fazer e nós a cerceamos na jaula. É uma atitude nada civilizada, que não mostra nenhuma sofisticação, nenhuma inteligência, dali, não vai haver nenhuma virtude, nós não vamos melhorar aquela pessoa, não há como melhorar uma pessoa colocando em uma jaula. Nós colocamos na jaula para nos proteger e como uma atitude de enfrentamento de guerra, de briga, e é legítimo, porque a nossa vida, a defesa da nossa própria vida é legítima. Mas isso não deve nos iludir em relação a essa instituição, ela é uma arma de guerra que a gente usa legitimamente em autodefesa, nada mais do que isso, não pode melhorar a vida de ninguém, não é possível imaginar que a gente prive de liberdade para aprimorar alguém. A partir daí, a gente tem que pensar, o que seria possível fazer com alguém violento, para que essa pessoa deixe de ser violenta, sem que a gente tenha que privá-la de liberdade. Existe como fazer isso, eu acredito que nós ainda venhamos a descobrir, inventar um modo em que seja possível uma abordagem que prescindia da prisão, eu espero. Eu sonho que um dia seja possível. Hoje nós não temos como propor o abolicionismo, porque nós não dispomos de alternativas para os casos da

violência. Agora, eu não entendo privação de liberdade para quem não tenha agido com violência. Para mim, é uma crueldade, um tipo de tortura, de martírio que nós vamos impondo, e que isso se naturaliza para nós como o suplício até o século XVIII.

“Se o suspeito é pobre, mora em favela, é negro... [...] Estamos falando de uma população majoritariamente negra, majoritariamente pobre...”

Em certos sentidos, é melhor, mas, se nós entramos no universo prisional, vendo o que é o universo prisional real no Brasil, é um negócio monstruoso. É um suplício não público, ao qual nós submetemos essas pessoas. Dizer que isso é uma prática que pode ser educativa e que pode haver ressocialização? Então, nós temos que reduzir ao mínimo, do tipo indispensável: crimes que conduzam à prisão, crimes com violência, e vão ver como é que nós vamos lidar com essas pessoas que ficam em privação de liberdade. Os outros têm que ser respondidos, os outros crimes têm que ser respondidos com outras modalidades de penalidade, de custo imposto à sua prática. Então, se é corrupção, uma subtração dos seus bens, a condenação ao trabalho coletivo, a devolução do que roubou e impedimento de ocupação de qualquer cargo que permita isso. E trabalho a serviço da comunidade. Ficar dentro de uma cela, de uma jaula, enfim, há muitas maneiras que têm se mostrado muito mais razoáveis. O que que está acontecendo no Brasil, nós já estamos com mais de oitocentos mil presos. Há dois dados, o dado oficial de setecentos e setenta e tantos mil e o dado do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), oitocentos e quatorze, oitocentos e quinze mil. Nem os dados batem! Estamos em torno de oitocentos mil, a terceira população carcerária do mundo e a que mais cresce desde 2001, NO MUNDO! 70%, aproximadamente, negros e 82% dos presos são homens. Nós estamos falando de uma população majoritariamente negra, majoritariamente pobre, com um número enorme caracterizado por baixa escolaridade, inclusive analfabetismo: 13% até a última informação que eu tive. E 13% apenas cumprindo pena ou sobre a acusação de homicídio, um percentual ruim. E o subgrupo que cresce mais rapidamente é aquele formado pelos que cumprem pena ou estão lá sob acusação. Essa distinção também nos leva a outra questão, para qual eu abro aqui um parêntese rápido. Segundo os dados oficiais, 33%; segundo outros dados que o CNJ tinha levantado, 40%. Enfim, isso também é incerto, mas, nessa proporção tremendamente elevada, estão lá em prisão ainda provisória: são aqueles que não foram julgados e, quando há

juulgamentos, nós sabemos que a tendência, o padrão, é que 1/3 seja inocentado. Então, nós teríamos desses 33% ou 40% uma probabilidade de que 1/3 desses fossem inocentes, de acordo com a própria justiça, já é um quadro aterrador. Mas, enfim, dentro desse sistema em expansão acelerada, há um subgrupo que é o que mais cresce desde 2007, aquele ao qual nós devemos um impulso mais forte para o crescimento, à expansão, que é o formado, que já chega, hoje, a 21%, pelos que cumprem pena ou estão tendo acusação de tráfico. Atenção! Nós não estamos falando dos traficantes fortemente armados, que se impõem sobre comunidades e territórios com armas longas, práticas tirânicas. Nós estamos falando, sobretudo, do varejista da ponta, daquele que negocia a substância ilícita para fazer seu ganho diário. Eles têm sido presos, sobretudo, sem porte de arma, sem usar arma, sem prática de violência e não apresentam vínculo conhecido com organização criminosa, são presos em flagrante. Esses são levados ao juiz e aí nós sabemos que de acordo com a cor, não existe a definição do que é consumo. A distinção entre consumo e tráfico, consumo e comércio, negociação por quantidade havia até 2006, deixou de existir a partir de 2007. Como não há essa distinção e ela seria de toda maneira evidentemente arbitrária, mas como não há a decisão entre essas duas categorias, consumo ou comércio, ou seja, a definição de que o suspeito é usuário ou o suspeito é traficante, essa decisão compete à subjetividade da autoridade judicial pública policial e, depois, judicial. E a autoridade judicial tem a mentalidade que é a mentalidade média brasileira, o Brasil é um país profundamente racista, estruturalmente racista e classista. Então, se o suspeito é pobre, mora em favela, é negro, será provavelmente categorizado como traficante e isso já está constatado nas pesquisas realizadas pelas defensorias públicas do Rio, de São Paulo. É mais que evidente, isso. Nós temos aí, portanto, EM OPERAÇÃO, o racismo. Portanto, aí é o racismo estrutural. Ele está em operação por meio das pessoas, para além das pessoas, pelos mecanismos institucionais.

“Sem mandado judicial invadem-se residências, ali é terra de ninguém... [...] O Estado não cumpre a lei [...] A política do governo de encarceramento em massa é a política de fortalecimento de facções criminosas.”

E a Lei de Drogas, nossa Lei de Drogas hipócrita e racional, absurda, ela tem servido justamente para criminalizar a pobreza: 28% desse universo em expansão, quase 30% estão lá

por acusação, ou cumprem pena por acusação e tráfico. Entre as mulheres, 62%. 18% do universo penitenciário são mulheres e, desse número do universo das mulheres, 62% trabalha para o tráfico. Em geral, servindo aos maridos, aos namorados, por levar e trazer, são portadoras de substâncias ilícitas. De novo, nada violento, não são criminosos, são aqueles que caem em uma categoria, porque hoje no Brasil se considera que é crime negociar uma substância ilícita. E essas pessoas, uma vez no sistema, para sobreviver... Como o sistema não cumpre a Lei... O sistema penitenciário não está submetido à aplicação da LEP, Lei de Execuções Penais. O Estado não cumpre a LEP. Quando não se cumpre a lei, o que se é pela definição usual? Criminoso! Não cumprir a lei, descumprir a lei, estar cometendo crime. Então, o Estado é criminoso, o Estado não cumpre a lei e o sistema é entregue, é dominado por facções. Para sobreviver, quem chega no sistema tem que se filiar, tem que se integrar, mesmo que não tivesse antes se integrado à uma facção. À qual se prestará lealdade à saída, subsequentemente. Então, à saída, nós estamos contratando, organizando o crime, oferecendo trabalho gratuito a jovem, destruindo uma geração e alimentando e fortalecendo as facções criminosas. A política do governo de encarceramento em massa é a política de fortalecimento de facções criminosas. Para o que se gasta muito em recursos e em vidas, destruindo-se tantos jovens que não são violentos e nem criminosos, são criminosos de acordo com as definições formais. Isso é uma situação ABSURDA que nós estamos construindo, que é nossa já há muito tempo. Por que que acontece isso? É a pergunta decisiva para quem quer mudar. Bom, claro, há todos esses condicionamentos sociais dos quais nós estamos falando, há todo um mundo de desigualdade, de racismo estrutural e etc. Mas, lá, no próprio funcionamento do mecanismo, nós vamos verificar o seguinte: a polícia mais numerosa que está presente no Brasil todo, 24 horas, é a polícia militar. Ela é proibida de investigar, de acordo com a Constituição, mas ela é instada a produzir, pressionada a produzir, cobrada pela mídia, pela opinião pública, pelos políticos, etc. a produzir. E ela entende por produção, usualmente, prisão. E como ela lê que produção é prisão, ela, então, pressionada a produzir, sente-se pressionada a prender. Ora, ela é proibida de investigar, mas é pressionada a prender. O que lhe resta a fazer? Não é uma questão de ser bom ou mau gestor, de ser um comandante bom ou mau, de ter mais ou menos sensibilidade social, etc. Ela, para funcionar, a instituição tem que prender em flagrante delito. É o que lhe resta fazer, só lhe resta fazer isso, prender em flagrante delito. Salvo aquelas exceções, quando elas atuam com a polícia civil, com mandado judicial, mas, basicamente, prender em flagrante, ou

seja, sem investigação. Quais são os crimes passíveis de prisão em flagrante? São os mais importantes? Não. São alguns e estão longe de serem os mais importantes. Então, o foco, as energias da segurança pública no Brasil não estão voltados para os temas prioritários, de acordo com a análise que a própria sociedade brasileira faz a respeito da criminalidade. Não é a sociedade que definiu a prioridade, não é nenhum comitê que definiu a prioridade, a prioridade é dada pelo conjunto, pela convergência de diversos fatores que estão aí, que são aqueles que definem o funcionamento do real concreto das instituições. Então, as prioridades são os crimes passíveis de identificação em flagrante delito, porque ele só se opera em flagrante delito, porque a polícia é a polícia militar, a polícia presente é polícia militar. E ela está, profissionalmente, impedida de investigar, então, esse é o trabalho: prender em flagrante. Portanto, tomar como foco o flagrante, os crimes passíveis de identificação de flagrante. Quais são eles?

Alguns, entre os quais essa operação, essa negociação, esse comércio, têm substâncias ilícitas, mas a polícia não flagrará as operações de troca de comércio de substâncias ilícitas num condomínio em um bairro nobre da cidade. Por quê? Uma razão muito simples: não é só porque há as desigualdades e o racismo estrutural e tudo isso estão presentes na subjetividade dos atores. É também! Isso tudo, evidentemente, faz parte. Isso tudo está presente, mas não é apenas. Porque, para entrar em uma área privada, é preciso de um mandado judicial, e, para que seja expedido o mandado judicial, é preciso que haja uma justificativa à solicitação que se encaminha ao juiz, e a justificativa tem que se apoiar em uma primeira investigação. Como a polícia não é a que investiga, ela não pode investigar, ela não pode apresentar essa justificativa, ela não solicitará nenhum mandado, ela, portanto, não terá o mandado expedido e não vai poder atuar na área privada. Ela não vai a condomínio, salvo em situações excepcionais. Onde é que ela pode agir? Onde os mandados não são requisitados: na rua, onde os mandados não são requisitados, nas favelas, nas periferias, em que a velha política do pé na porta é que vale. Sem mandado judicial invadem-se residências, ali é terra de ninguém, tratada como terra de ninguém.

“Os alvos são esses territórios vulneráveis e os operadores vão ser os ‘bagrinhos’ [...] Não o grande traficante. Não estamos falando do tráfico internacional, que mobiliza bilhões, que congrega o sistema capitalista em seu conjunto...”

Ali, de novo, as desigualdades brasileiras, o racismo estrutural, etc. E mesmo que não entrasse nas casas, nem precisaria entrar nas casas, porque há áreas nas quais o comércio se dá à luz do dia, e, portanto, a polícia poderia agir, flagrando esse comércio de substâncias ilícitas. E, por isso, os alvos são esses territórios vulneráveis e os operadores vão ser os "bagrinhos", como nós dizemos. Os "aviõezinhos", esses que fazem o varejo do comércio, não o grande traficante. Não estamos falando do tráfico internacional, que mobiliza bilhões, que congrega o sistema capitalista em seu conjunto, porque já não há nem mais como distinguir a economia legal formal dessa ilegal, por exemplo, da cocaína internacional como tem sido demonstrado. Mas nós estamos falando do "bagrinho", do varejista, que vai para o sistema penitenciário, alimentar a facção criminosa e perder a sua vida, destruir sua possibilidade de futuro. É esse o seu destino. Portanto, como queríamos demonstrar, a questão fundamental, além das estruturais das quais a gente fala a todo tempo, têm questões mais imediatas: Lei de drogas e estrutura policial; modelo policial; modelo policial tal como organizado na nossa Constituição; polícia militar; polícia civil com suas atribuições e Lei de drogas. O resultado é isso, esse desastre! Claro que só pode ser esse desastre, com a anuência das instituições, porque nós estamos nessa sociedade absurdamente desigual e com o racismo estrutural operando todo o tempo. Senão esses mecanismos institucionais começariam a produzir esses resultados absurdos, e a sociedade frearia tudo isso: *'Parem com isso, que absurdo é esse, que loucura, em que loucura nós estamos nos metendo?'* E haveria, evidentemente, a reversão desse quadro, mas nós acompanhamos e naturalizamos esse processo, isso é o Brasil. Agora para desmontar isso, claro, vamos lá nas raízes: racismo estrutural, desigualdades, sistema capitalista como está organizado no Brasil, vamos lá! Mas enquanto isso não ocorrer, há muito a fazer na desmontagem desses mecanismos, não é? Se nós mudamos a Lei de drogas e o modelo policial, nós começamos a criar obstáculos para o encarceramento em massa, para criminalização da pobreza, abrimos novas perspectivas, salvamos vidas, apostamos em outros futuros. É o que compete fazer, não é? De um lado, em termos da política criminal propriamente, mudando o modo de punir e reduzindo as penas de privação de liberdade, mas enquanto... E os que lá estão, você tem desde as questões, em primeiro lugar, cumprir a LEP. A LEP não é perfeita, longe disso, mas é uma Legislação decente. Um amigo meu me contava que era cumprimentado no exterior, porque pesquisadores que conheciam o Brasil disseram: *'Puxa, é bastante avançado, respeita direitos das pessoas, condições sanitárias, separação por tipo de crime, condições físicas adequadas,*

higiênicas, acompanhamento médico, direito ao trabalho, ao estudo, etc. Está tudo definido na LEP, então se for dizer, não precisa nem inventar, podemos até aprimorar, mas com o cumprimento da LEP já seria um salto de qualidade.

“O Estado não respeita a LEP, o Estado age como criminoso. [...] Se você tiver um espaço decente... A pessoa se sentindo respeitada... [...] Educação para a liberdade, pela liberdade... [...] Isso é o contrário da privação de liberdade”

Um salto revolucionário, você imagina se você tiver um espaço decente, dentro do trivial, um espaço decente, não é? Com acompanhamento de saúde, condições de higiene, o estudo, acesso à cultura, à formação, acesso a esporte, possibilidade do trabalho, isso muda completamente. A pessoa se sentindo respeitada, e lá sendo um sujeito de direitos, ele tem alguns direitos que são suprimidos temporariamente, enquanto tiver privado de liberdade, de mobilidade; tem vários direitos suprimidos, temporariamente ou reduzidos. Mas continua sendo um sujeito cidadão e com direitos, direito a tratamento digno, à saúde, saúde mental, medicação. Se houver todo esse cuidado, nossa! A situação muda inteiramente, do ponto de vista mesmo, da pessoa consigo mesma, com a sociedade, com as expectativas de futuro, para se preparar quando se tornar egresso, reintegração, tratamento que se dá à família. Tudo isso tem importância. As mulheres presas, história de quando têm crianças sob sua guarda, elas têm uma série de possibilidades e benefícios que não são concedidos, só se você tiver advogado. Advogado bem pago, etc. E, senão, o defensor público, às vezes, o defensor não dá conta, são tantos casos para poucos. Enfim, as mulheres mais pobres acabam sofrendo com isso. Mas há muitas possibilidades de avançar, simultaneamente, em todas as áreas, porque a quantidade de casos de tuberculose... Eu, eu estou falando do mais trivial. Se você for começar pelo mais trivial: tuberculose, doenças sexualmente transmissíveis. O domínio por parte das facções, por um lado, oferece garantias, sobrevivência, respeito, regras de jogo, mas sob a espada de um controle tirânico. Isso não é o correspondente a uma legislação e a uma institucionalização. Então, se você estivesse livre de controle e ameaça de qualquer facção, você teria a possibilidade de oferta de educação, uma educação que fosse também psicologicamente orientada, não é?

A valorização, porque é uma contradição em termos. A gente pode homenagear a memória de Paulo Freire, lembrando que a educação é sempre educação para a liberdade, pela liberdade, é sempre uma forma de emancipação, de afirmação do próprio sujeito. Isso é o contrário da privação de liberdade. É uma contradição total! É uma contradição em termos, então a educação oferecida ali é uma forma, também, de você abrir uma janela de liberdade, que é uma liberdade que não vai ser experienciada diretamente, mas que, subjetivamente, planta raízes importantes e permite que se exercite a liberdade, que, no interior mesmo da prisão, tem que ser permitida, que é a liberdade do pensamento, a liberdade da reflexão, da imaginação, etc. Então, não há despotismo mais repulsivo do que censura, a censura que agora se verifica sempre houve, não é? A censura de livros, por exemplo. Inacreditável! Até o Glenny, o Misha Glenny, que escreveu a biografia do Nem da Rocinha que foi um líder ali, do grupo de tráfico na Rocinha, ele dizia que, eu posso estar cometendo um erro, confundindo o livro do Glenny com outro, mas eu acho que é o Glenny que me contou que o Nem não conseguia ler o livro dele, era proibido! É inacreditável! O presídio de segurança máxima com a censura de livro, é um negócio inacreditável! É uma espécie de exorbitância do poder tirânico da instituição total, é uma coisa inacreditável! Então, imagina se eles pudessem ter acesso a cinema, à dramaturgia, à literatura, com toda liberdade e se isso fosse facultado aos presos, inclusive para pesquisas próprias, porque a humilhação a que se submetiam os familiares de presos, agora isso tem sido reduzido em vários estados, mas era também uma demonstração. Ainda é da extensão da punição do Estado à família. Humilhação! Então, outro dia, eu fui entrevistado, anteontem, pela Revista Trip. Eles estavam fazendo uma matéria a respeito de um debate legislativo, a propósito de uma proposta de que os presos pagassem pelos custos da sua própria prisão: o Estado não respeita a LEP, o Estado age como criminoso e aí, ainda vai cobrar da vítima do seu esbulho, da sua violação? Vai cobrar o quê? Pela sua violação? Não está oferecendo as condições previstas legalmente.

“O mais aterrador é tudo aquilo que não é o óbvio, que não é um tiro, uma bomba, uma explosão, que é a infiltração insidiosa, que se dá de modo mais perverso...”

Na minha experiência, as ameaças foram muito fortes no período em que eu estava atuando aqui no Rio, em 1999. Tinha que andar com seguranças: são dois carros blindados com os policiais treinados, a família também. Então, isso é muito ruim, muito desagradável em todos os sentidos, até naquilo que a gente nem pensa que tem sentido. Mas eu trabalhei um ano e três meses e não podia, por exemplo, ainda que o cotidiano fosse esmagador, sempre sobra assim um horário no fim de semana ou, *‘Quem sabe, nessa noite a gente possa ir ao cinema’*, uma coisa simples, não é? Mas, nem isso, porque você tem que ir com segurança. Aí você vai com o segurança, você pensa: *‘Puxa, o que as pessoas vão pensar? Esse sujeito, aqui, com dois carros cheio de gente e tal, para ir ao cinema, o gasto público envolvido nisso’*. E é o que as pessoas vão pensar, porque, na realidade, o custo vai ser o mesmo se eu estiver em casa, porque os policiais vão continuar à disposição. Eles continuam recebendo, não há alteração nenhuma, e o carro vai circular de um lugar para o outro, em vez de ir para minha casa e para o cinema. Então, lá, não é a questão de custo de fato, objetivo, mas dá a impressão de que você vai causar, o que tira a legitimidade do seu papel, do que você faz e do governo ao qual você serve, etc. Então, você se priva disso, mesmo quando não seria necessário, não é? Talvez não fosse necessário, mas você acaba se privando disso e de tantas coisas. Claro que, aí, você não vai dar um passeio, *‘Ah, agora, nesse horário, eu poderia relaxar, dar uma caminhada ali, lá na praia, ali, dar uma caminhada’*. Como? Acompanhado pelas pessoas, há colegas meus, até secretários, que fazem isso, têm o exercício matinal, saem cedo. É possível isso, mas sempre se cria aquela sensação de que você ou está causando uma impressão, que vai retirar a legitimidade do que você está fazendo, gerar suspeita de que é um gasto público excessivo, etc., ou você pode, efetivamente, gastar, provocar um gasto excessivo que você não quer provocar, e não seria certo provocar. Mas isso é o de menos, isso é bobagem diante do risco efetivo, sobretudo, a gente fica pensando sempre para família. E, depois, o que vai se tornando mais aterrador mesmo, apavorante, e gerando certa paranoia é tudo aquilo que não é o óbvio, que não é um tiro, uma bomba, uma explosão, que é a infiltração insidiosa, que se dá de modo mais perverso. Por exemplo, plantar drogas no carro de um parente próximo, se não das suas filhas, que elas também estão sob proteção, mas de um irmão, porque você não vai estender a toda família dos mais próximos, é a coisa mais simples do mundo, se tem um segmento policial corrupto, contra o qual você está se batendo, que sabe muito bem como fazer, faz uma blitz e descobre droga. Aí, a imprensa já está avisada, e é todo um escarcéu desmoralizando a pessoa, e tentando atingir

terceiros. Essas coisas é que são as mais... as que acabam afetando mais, porque você não sabe como se proteger, é um limite de proteção, tem certas coisas com as quais você não pode ter proteção. Ou coisas que também acabam afetando bastante, vou dar um exemplo. Eu estava no governo e, aí, uma rádio importante, muito popular e com credibilidade, dá essa notícia: de que eu tinha sido vítima de um atentado, eu com minha filha, e que não sabiam o estado de saúde, mas que era um atentado grave; no ar e com essa notícia. Você imagina o que pode causar para meus pais, que eram vivos, família, amigos, minhas filhas e tudo. Então, você tem que correr para apagar esse incêndio, dizer que é uma mentira, e, ao mesmo tempo, conectar com a rádio para que ela assuma sua responsabilidade: *'Você não pode dar uma notícia assim, sem confirmação!'* E, depois, a rádio tem que ficar repetindo, porque aquilo reverberou e as pessoas que ouviram, aquelas que não estão ouvindo o dia todo, têm que ficar desmentindo. E o desmentindo gera, também, um tensionamento: *'Espera aí! Está repetindo, isso que não houve, não houve'.* Mas será mesmo que não? E a possibilidade de que haja. Então, abre-se, também, todo um temor para a família. Ou ligar de madrugada, quando eu viajava, ligar para minha casa e para a minha esposa atendendo. E, aí, referências à minha morte, se queria sepultamento em tal, tal cemitério; se queria as flores assim ou assado. Todo tipo desse tema, terrorismo, pois, aí, já não é nem uma informação, é mais uma provocação. Ou quando a gente descobre que há, de fato, um plano para sequestrar as filhas, com a identificação das suas rotinas. Aí, você fica mais preocupado, porque você vê, efetivamente, que havia um trabalho de vigilância e ameaças indiretas, os recados que a gente houve de figuras com mais poder, que, às vezes, nem são as instituições policiais, dizendo, por exemplo, que eu morreria, isso eu recebi de uma pessoa do exército com importância. Não estou dizendo que o exército, senão, eles já teriam feito contra mim, mas uma figura do exército dizendo que eu morreria muito depois de eu ter saído do governo, quando não tivesse a visibilidade que eu tinha: um assalto na esquina que ninguém associasse a nada que tivesse qualquer sentido político, mas que o destino estava selado. Então, se você se deixar sensibilizar por essas coisas, você começa a ficar paranoico, mesmo depois que eu passei anos fora do Rio, quer dizer, nem tantos anos, mas quando eu saí, eu saí porque bati de frente com os segmentos corruptos da polícia, denunciando a banda podre, que a gente na época não chamava de milícia, mas que seria o equivalente. Dizendo que isso tinha alcançado os cargos superiores das polícias, e é preciso enfrentar uma guerra aberta contra isso.

“Nós estamos falando de uma maneira de modelar a sociedade sob um regime miliciano [...] A polícia sendo parte interessada nisso, a justiça comprada, segmentos da justiça comprada, o ministério público, instituições, pois temos instituições.”

O que a história do Rio provou ser verdadeiro é que nós tivemos não sei quantos chefes da polícia presos, agora, temos até governadores presos. Esses esquemas são amplos, milicianos e tal. Isso que era dito ali era verdadeiro, e, depois, foi se mostrando verdadeiro e com infiltrações nas instituições. Então, nós estamos falando de um tipo de crime organizado, que não chegou a ser uma mexicalização, mas, no caso do Rio de Janeiro, tornou-se parecido com o caso do Espírito Santo.

Quando nós falamos de corrupção, é quando, de fato, os aparelhos do Estado estão a serviço de interesse de mafiosos, de controles brutais de populações, como é o caso da Baixada Fluminense do Rio de Janeiro, em que os bicheiros, a ideia de bicheiro suscita algo até positivo, *‘Bicho é uma contravenção, bobagem’!* Contravenção, mas eles são líderes, quer dizer, nem todos são, mas muitos foram líderes criminosos de grupos que atuavam em várias áreas, inclusive tráfico de drogas, armas, etc. E controle político das áreas, até com assassinato de candidatos, com controle efetivo da máquina a serviço de, por exemplo, empresa de ônibus, de lixo, mantendo aquela população em situação sub-humana, de desigualdades absurdas, inviabilizando qualquer desenvolvimento minimamente democrático: a participação. Criando um sistema de terror, isso se ampliando para cidade. Aí, nós estamos falando de outra coisa, estamos falando de uma maneira de modelar a sociedade sob um regime miliciano, sobre um regime tirânico, com despotismo, com brutalidade. A polícia, parte interessada nisso, a justiça comprada, segmentos da justiça comprada, o ministério público, instituições, pois temos instituições. Aí, é um negócio enlouquecedor, e lutar contra isso é muito difícil! No Rio de Janeiro, nós estávamos lidando com isso, aí eu denuncie e o governador tinha que decidir: ou ficava comigo, e aí tinha que enfrentar. Porque não dava mais, eu já tinha compartilhado privadamente, tive que vir a público. Ou fica assim, ou não dá. E, aí, ele me exonerou. E, aí, fico dependurado na brocha, sozinho, agora sem o aparato de defesa, entregue agora à revanche de todos que eu enfrentei. Como fazer diante disso? Aí, eu saí do País, passei um ano fora e, depois, quando eu voltei, a convite do Tarso Genro, fui trabalhar com ele em Porto Alegre em 2001. E, depois, eu voltei para o Rio de Janeiro, portanto, passei dois anos fora. Voltei em 2002,

quando eu fui candidato a vice-governador, quando a Bené era candidata ao governo. Então, era uma situação em que eu tinha todo um acompanhamento, uma proteção, pela candidatura, tinha. Estava institucionalmente protegido, aí voltei assim. E, depois, em 2003, fui ser secretário nacional em Brasília, secretário nacional de segurança pública em Brasília, viajei muito para cá, para o Brasil todo, mas não morava propriamente aqui. E, depois, fui para Porto Alegre em 2004. Foram uns quatro anos. Só, em 2005, voltei a morar no Rio efetivamente. E, aí, eu já era professor pesquisador e fui fazer as minhas coisas.

“A corrupção dependia dessa desordem mais absoluta, quando você organiza e cria instituições... [...] Reduziu o homicídio...”

De 2007 até 2009, praticamente até o Lindbergh sair da prefeitura para concorrer ao Senado, trabalhei com o ele em Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense. Então, eu tive essa experiência, duas experiências municipais bem diferentes. Porto Alegre, totalmente, diferente da Baixada Fluminense; Nova Iguaçu, um milhão de habitantes, Porto Alegre, um milhão e meio, não é tão diferente, mas as realidades, totalmente, diferentes. No plano estadual Rio de Janeiro e no plano nacional, então essas três esferas, nessas três esferas, eu tive experiências em gestão. Isso foi muito enriquecedor pela diversidade das situações, e são experiências complementares, que você vê problemas de ângulos distintos. Mas tem gente que, só para completar, têm colegas meus em situação pior. Por exemplo, Marcelo Freixo, que foi relator da Comissão da CPI sobre as milícias na Assembleia Legislativa, em 2007, na verdade, 2008, porque ele assumiu em janeiro e propôs a CPI em julho. O Picciani autorizou, porque houve uma situação que tornou público o problema das milícias, exigindo um pronunciamento. Acho que foi em 2007 mesmo, que ele começou o trabalho contra a milícia. E o Marcelo, até hoje, anda com segurança, porque ele não conseguiu mais ter paz.

Só para agregar mais uma coisinha: o que era possível fazer? Nós tínhamos 18 pessoas nessa pequena Secretaria, que foi criada em Nova Iguaçu para a Valorização da Vida e Prevenção da Violência. Eram umas 18 pessoas, no máximo. Éramos 12, depois teve uma pequena ampliação, e a tarefa de reduzir homicídios. Como reduzir homicídios, com 12 a 18 pessoas, sem nenhuma autoridade para isso? As polícias não são municipais, nós não tínhamos guarda municipal. De que maneira nós poderíamos incidir sobre uma realidade tão violenta,

provocando redução? Veja que coisa curiosa, e, também, há um ensinamento aí: sempre é possível fazer alguma coisa. Nós percebemos que, primeiro, é uma luta para ter acesso aos dados. É guerra, porque a polícia civil não mostra seus dados à polícia militar, a polícia militar não mostra à polícia civil. Os dados do Instituto de Segurança Pública, que é uma entidade que criei em 1999 com a minha equipe que existe até hoje, foi a primeira no Brasil, cuja responsabilidade é a publicização de dados criminais com regularidade, processos que pedem transparência e que funcionam até hoje. Espero que essa instituição seja respeitada, porque tem uma história respeitabilíssima, importante. Mas o Instituto de Segurança Pública oferece os dados gerais do estado, da cidade, não oferece os dados desagregados que são aqueles indispensáveis para formulação de políticas públicas, particularmente, em uma cidade específica. Era necessário que a gente trabalhasse, escavasse os dados, os dados que chegam ao ISP e que fossem, diretamente, municiados pelas instituições, polícia civil e militar, lá em Nova Iguaçu mesmo. Mas que dificuldade! Um dizia que *'Sim, claro! Vamos e tal'*. Eu fui até ao secretário beltrano na época. Ele disse: *'Claro, mas por que não, imagina!'*. E não era possível, porque um mandava para o outro, mas escondido. O fato é que eles não tinham esses dados. No final, depois de muita luta, a gente conseguiu, e as corporações brigando umas com as outras. Supostamente, cooperam, mas elas não compartilham os dados, é uma dificuldade, apesar de haver, inclusive, recursos e instrumentos para isso. Nós criamos, também, em 1999, a Delegacia Legal, base do ISP, que informatiza as informações. Aliás, isso foi curioso, porque a maior fonte de ameaça de todas não foi a luta contra a violência policial, não foram os mutirões pela paz, não foi a política para as mulheres, defesa das mulheres ou das minorias, foi, basicamente, a Delegacia Legal. Que era alguma coisa que a gente imaginava, absolutamente, inofensiva, porque daria muito mais qualidade à vida funcional e à vida mesma dos policiais civis, organizando as delegacias, reestruturando o que estava caindo aos pedaços, informatizando os processos todos. Em vez de 64 livros formais, nós reduzimos para 6 livros; todos os procedimentos ficaram muito mais ágeis. Os policiais, às vezes, tiravam, do bolso, dinheiro para pintar parede, para ter um computador; a gente criou uma fonte de recursos próprios para manutenção, a conservação, que não passava pela polícia, com grupo de gestão, grupo executivo que garantia a construção, informatização com a universidade, um pacto com a universidade, os programas eram trabalhados e desenvolvidos pela universidade. Tudo isso, paralelamente, à polícia. A polícia não interferia, e, assim, a gente tinha responsáveis pela

gestão da casa, dos equipamentos, pela gestão do dia a dia, etc. Os recepcionistas eram universitários estagiários, que recebiam as pessoas, porque muita gente procura a Delegacia, porque fica aberta 24h. Os policiais tinham mais o que fazer, tinham que fazer os serviços, seus trabalhos, mas ficavam atendendo ao público. Desprezavam o atendimento, porque, ali, não tinha nada importante. Entretanto, é importante também. Então, a gente criou. Enfim, antes, havia o setor de investigação, mas a Delegacia é para investigar, a princípio faz isso, a gente acabou com o setor de investigação, a Delegacia toda é o setor de investigação. Para começo de uma investigação, você ficava duas semanas ou mais, porque passava de uma unidade para outra, de um departamento para o outro, os funcionários tinham turnos de trabalhos 12/48, 24/72, não se cruzavam até que o processo começasse lá adiante. Ou seja, uma racionalização. Todo mundo em um lugar bonito, refrigerado; antes, o sujeito ficava com um ventilador, suando, camisa aberta, papel no chão apodrecendo, rato, barata. Chega alguém pedindo atendimento, o policial tem que botar a mão na arma, porque tem 500 presos, ali, no subsolo sob o seu aguardo, porque a Delegacia era também um local de triagem ou de presos acautelados, que, às vezes, cumpriam pena inteira nessas celas absurdas. Ele era um carcereiro, cada um que chegava podia ser uma ameaça. Era um horror! Isso tudo organizado, não pode haver celas na Delegacia, por isso, Delegacia Legal, porque ela segue essa Lei, não tem cela e assim segue. Bom, nesse ambiente todo, todo mundo vai ficar feliz, a coisa é boa para todo mundo. Aí, começam a surgir as ameaças, ameaças, ameaças, de todo tipo, todo o tempo, ameaça muito grave, muito violentas e tentativas de boicote à Delegacia Legal ao longo dos anos. E ela é uma política pública, que dura 20 anos, atravessou tantos governos e existe até hoje e se expandiu para todo Estado. Por que tanto boicote? Aí, aprendi uma lição fundamental: a corrupção depende da anarquia, precisa da anarquia. Os anarquistas me desculpem, não estou desprezando a palavra anarquia, que tem um lado virtuoso, bonito, libertário. Estou falando da bagunça, da bagunça mais generalizada, cada Delegacia era chamada de baronato feudal. O delegado levava, para casa, as informações debaixo do braço, tinha uma equipe. Ele ia para outra Delegacia, levava a sua equipe, seus dados, suas informações. Os policiais sabiam muito, a instituição não sabia nada, não tinha vertebração, articulação que pudesse prover, a um centro, a informação, permitir elaboração de política, testar, nada. Cada Delegacia era uma experiência local, informações próprias sobre se algo funcionava ou não funcionava, não era compartilhado. Dali, o delegado levava para outro espaço e disputava locais. A corrupção dependia dessa

desordem mais absoluta, quando você organiza e cria instituição, só passou existir com essa organização, cada um pode alterar o boletim de ocorrência, perfeitamente. Há um erro, se altera, por aditamentos. Toda vez que você entrar, você tem que dar sua senha, e nós sabemos que data, quem, que senha entrou para qual aditamento, de qual boletim. Essa é uma informação que está acessível a toda instituição, se for sensível, classificada para o setor competente e pronto. Olha, isso bagunçou de tal maneira as raízes da corrupção instalada e, inclusive, ligada à política, ao bicho, ao diabo, que foi um horror! Então, eles queriam me matar de todas as maneiras. E aqueles mais ingênuos, até companheiros, assim, da esquerda, diziam: *‘Poxa, mas perder tanto tempo com política gerencial administrativa, que coisa menor!’* Falta total de entendimento daquilo que nós estamos enfrentando, por onde a gente enfrenta e o que está enfrentando. Mas, me perdoa essa enorme, enorme digressão. Estamos em Nova Iguaçu: reduziu o homicídio. Nova Iguaçu diminuiu o homicídio com 12 a 18 pessoas; o que fazer sem nenhum instrumento legal sem informação? Eu disse assim: *‘Vamos analisar: aqui, nós percebemos que, talvez, 1/3 das mortes tem todas as características de milícia, de assassinato de miliciano, esquadrão da morte, enfim, atos policiais ilegais. Execuções extrajudiciais e de tipo muito particular. Então, bom, isso aí a gente pode frear, isso aí a gente pode segurar. Os outros casos têm instrumento para chegar, política de prevenção a gente começa.’* Mas, aí, não tinha escala. Como a gente teve em Porto Alegre, onde o sucesso foi imediato. Em Nova Iguaçu, não tinha escala para isso.

“Criar insegurança para vender segurança. [...] As milícias são filhas bastardas da segurança privada informal, ilegal... [...] Seria o gato orçamentário...”

Nós vamos fazer o seguinte: aí, fui com o Lindbergh ao Tarso Genro, Ministro, Ministro da Justiça. Em 2007, ele estava assumindo o Ministério da Justiça, dissemos: *‘Em Nova Iguaçu, nós precisamos de um delegado ou uma delegada da polícia federal, sério, confiável, competente, que esteja disposto ou disposta a trabalhar mesmo e que faça o seguinte: iniciar um processo de cadastramento da segurança privada.’* Porque a segurança privada é uma das fontes da milícia, como é que acontece isso? Os policiais ganham muito pouco, a massa policial ganha pouco e precisa de um segundo emprego para complementar seu ganho, nós

todos que podemos, fazemos isso. E é natural que o policial busque um segundo emprego, o bico, na área de sua expertise, como nós todos, é claro! E ele trabalha na segurança. Então, vai procurar segurança privada. Isso é ilegal, porque há um conflito natural de interesses. Quanto melhor for a segurança pública, pior dará o negócio da segurança privada, é óbvio. Então, há um conflito de interesse e isso é ilegal, ele não pode, ele ou ela não podem. Podem dar aula, podem trabalhar em outras áreas, em um segundo emprego, mas não podem trabalhar em segurança privada. Quem é que controla isso, que regula isso, que reprime, se for o caso, vigia, aplica a lei nessa área? A polícia federal. A polícia federal não tem interesse, nem gente suficiente. Quando eu visitei esse departamento aqui no Rio, o número de funcionários era irrisório, muito, muito pequenino. Eles mantem, só porque têm que manter, legalmente a gente tem que dispor dessa unidade, mas não têm interesse nem recursos para, de fato, vigiar, investigar e punir o que for irregular nessa área. Porque nós estamos falando de milhares e milhares de empresas de segurança privada, que são ilegais e informais. Milhares! A polícia federal fica na sua. O governo do estado poderia reivindicar a participação nesse controle por convênio, isso já até houve uma vez, há muitos anos, é possível fazer. Não fazem! Por quê? Porque é muito conveniente, mais do que conveniente, é indispensável para os governos estaduais, em geral, que os policiais tenham bico, ver se complementa renda, senão o salário... Senão, vai haver uma explosão de greve de reivindicação. E o orçamento público da segurança, apesar de ter crescido, apesar de ser enorme, não é suficiente para pagar bons salários para a massa policial. No Rio, por exemplo, a última vez que eu vi, nós tínhamos, sei lá, 55 mil ativos e mais ainda inativos. Qualquer ganho significa, então, alguma coisa de grande escala. E o orçamento não é o suficiente para pagar bons salários para a massa policial. Então, para evitar pressão sobre o orçamento público, que é irrealista, e pressão política, explosão de greve, reivindicação, deixa o pessoal fazer o bico, pelo amor de Deus! Complemento resolve! Então, os governos que pilotam os estados, olham para o outro lado, fingem que não estão vendo, e o que acontece nessa área da segurança privada informal e ilegal? Aqui, você tem de tudo, tem os policiais honestos, honrados, que estão cometendo uma ilegalidade, mas com as melhores intenções, para dar melhor condição à sua família e isso, fazendo o que eles podem. E tem os que se aproveitam da área de sombra, sabem que, aqui, não há vigilância para criar insegurança e vender segurança. Até em bairros nobres, *'Ah, aqui, a rua, nós não temos problema aqui nessa rua não, o condomínio não está interessado!'* Aí, então começa a sumir uns carros, roubo

de carro, que nunca aconteceu, começa a acontecer, e o pessoal... O irmão do Marcelo Freixo, em 2006, foi assassinado em Niterói. Ele foi eleito síndico e resolveu regularizar a situação do condomínio. Foi assassinado. Então, nós temos essas situações, desses grupos que começam a forçar, coagir, chantagear, criar insegurança para vender segurança. Temos o pessoal que é da velha tradição do esquadrão da morte, que vende a morte de algumas pessoas para comerciantes locais, fazendo serviços de “limpezas”, fascista, terrível. E tem os outros, que aprendendo com sua experiência na corrupção policial, nas negociações tradicionais que a polícia tem com o tráfico, chamado arreglo, e resolve substituir o tráfico: começaram a verificar que o tráfico rendia pouco, porque ele só fazia o negócio de drogas, podia fazer muito mais, já que dominava a comunidade. E, aí, se criavam as milícias. As milícias são filhas bastardas da segurança privada informal, ilegal, desse tipo de orçamento, de orçamento irrealista e daquilo que eu chamo, usando uma expressão carioca, que é do gato orçamentário, que, no Rio, se chama *gato net*, *gato light*, gato que é a conexão da net, por exemplo, ilegal, clandestina. São, essas conexões, clandestinas. Então, seria o gato orçamentário, quer dizer, essa espécie de apêndice de conexão clandestina que está no seio do Estado, no coração do Estado. O Estado está patrocinando mais do que cúmplice, está patrocinando uma ilegalidade, que é essa da área toda da segurança informal ilegal, para evitar o constrangimento e a demanda pública por salário, etc. E isso viabiliza o crescimento das milícias, esse é um dos fatores importantes nesse caso. Se você quiser criar problema para secretário de segurança ou para dirigentes políticos dessa área, ou para agentes policiais, pergunte sobre a situação de segurança privada. Tem a formal legal, mas tem um oceano no Brasil. Isso cria um constrangimento tremendo para eles, porque eles não querem falar disso, não podem falar disso e sabem que até coronéis e delegados têm suas empresas, em nome das suas sogras, etc. Esse é um universo que tem de ser enfrentado, porque isso aí é básico, é o que há de pior, isso é um poder imenso que está diante de nós.

Bom, aí nós fomos ao Ministro, pedimos um delegado ou uma delegada da polícia federal que começasse o cadastramento, mesmo que não fosse, de fato, a sério, no sentido de, efetivamente, cadastrar para enfrentar, até porque a polícia federal não teria meios para controlar isso em todo o estado, mas que começasse com o cadastramento, só isso. Não precisaria nem reprimir, isso bastava para a gente. Aí, isso começa a ser feito em Nova Iguaçu, e nós criamos o GGI, que era uma ideia que eu tive quando era secretário nacional, que, depois, o Tarso quis estender para todo Brasil, que era o gabinete de gestão integrada na segurança

pública, e que a gente fazia nos estados. Ele passou a exigir que os municípios que quisessem se credenciar a receber recursos do Programa Segurança com Cidadania, que criassem os seus Grupos de Gestão Municipais. Então, um GGI, com as instruções da área para conversar sobre a situação e harmonizar ações, e conceber ações em torno do que fosse consensual, essa é outra discussão interessante. Aí, nós criamos o nosso GGI, o Tarso foi lá na inauguração, que era exemplar, pois, a partir dali, a gente... O que isso oferecia? O acesso às autoridades policiais das várias instituições, mensalmente, inicialmente, quinzenalmente, depois, mensalmente, a gente fazia reunião. E eu sabia que aquilo era para conversa mole, porque cada um ia fazer o que quisesse, mas havia o respeito a mim, havia os respeitos recíprocos. E quando eu dizia, então, aproveitando a reunião, que eu tinha uma grande notícia para todos, que eu tinha estado com o Ministro da Justiça, que a Polícia Federal ia começar a trabalhar na área, no meio da segurança privada, porque esse é um problema muito sério, e a Polícia Federal começou a fazer, eu mandei a mensagem, nós tivemos uma redução, por ano, de 10% dos homicídios. Porque eles deram uma contida, claro! Chegava o policial federal, o agente, na frente de uma clínica de aborto, na frente de uma zona de prostituição ou de um botequim, de um bar e *‘O senhor está trabalhando, aqui, como segurança?’ ‘Não, não, eu estou só aqui’ ‘É, mas eu vi que, ontem, o senhor estava aqui também’.* *‘Ah, às vezes, eu ajudo ali fulana, mas não é segurança, não’* *‘Quem é que manda aqui? Quem é o gerente daqui, qual é a empresa que é responsável por isso? O senhor está com alguma arma, deixa eu ver seu...’* Aí, um corre para o outro, *‘Oh, tu tem que... Vamos segurar a onda, vamos segurar a onda, porque esses caras sabem das coisas, eles estão vendo onde as coisas acontecem’.* E só por mandar o recado de que a gente estava preparando uma ação, de que a gente sabia das coisas, de que a coisa estava se aproximando, esses assassinos uniformizados que são segmentos policiais que estavam a serviço, ali, da eliminação de jovens e tal. Esse grupo que matava dessa maneira, ligado a esses setores, freou suas ações. Com isso, incidiram sobre o número geral, porque eles eram quase 30%, a gente conseguiu uma redução, por ano, de 10%. Engraçado, Polícia Federal, mas nós fizemos. Esse teatro todo, que tem efeitos não teatrais, não é? Para vocês verem quão complicadas são as coisas, mas quantos caminhos você pode ter para insistir.

“A importância dos professores e professoras. [...] Passando pela experiência educativa [...] Fazem depoimentos que são comoventes e são radicais, é revolucionário, são outras pessoas!

Ah, os professores e professoras! Puxa, nas mãos deles e delas, nas nossas mãos, porque eu também sou um professor há mais de 40 anos, nessas nossas mãos, está o futuro, uma parte importante do futuro do País, não é? É tão, tão, tão importante, é tão decisivo e a gente não tem sido capaz de construir um caminho suficiente na educação. Houve muitos avanços e tal, mas, assim está longe de termos conseguido, de fato, o espaço que a educação merece, com recursos suficientes, com a valorização. Eu acho que um bom exemplo, para terminar, é o que ouvi de um amigo norueguês ou finlandês. É da Noruega, também não fará muita diferença, vocês não de me perdoar, até porque eles são países que, nessa área, que têm investido bastante em educação. São sociedades muito igualitárias. Ele me contava que a família tem um jovem, família extensa, ele vai lá uma vez por ano, família bem extensa, e tem um jovem que é primo dele, sobrinho, filho de um irmão, que é visto assim como o grande potencial da família. Ele sempre se destacou, *'Ele vai longe!'*. E ele tinha decidido o que ia fazer quando adulto, ele estava na adolescência, e se formando. E a família ficou tão feliz: ele ia ser professor, professor primário. E aquilo encantou a família, porque é alguma coisa considerada muito, muito nobre. Muito bem pago, é uma das profissões do Estado, hoje, mais bem pagas. Muito valorizada na sociedade e muito nobre, porque você lida com o essencial, aquela entrada da criança no mundo, o mundo da cultura, da cultura organizada, letrada, etc. E é muito impressionante quando a gente vê isso. Imagine uma sociedade que trata os seus educadores, e não estou falando de professores universitários, não! Estou falando do educador que está ali, que segura mesmo o tranco da grande experiência! É uma profissão, absolutamente, nobre, central, a mais valorizada, difícil para se formar, para começar a trabalhar. São muitas exigências de formação, mas com muito investimento, com apoio e, depois, com carreira nobre, valorizada. É isso que é correspondente à importância de professoras e professores, criativos, capazes de seduzir o imaginário dos adolescentes, colaborando para redução da evasão. Dedicados. Aqui, nós estamos com situações tão difíceis, não só na formação, nas condições de trabalho, condições salariais, de valorização social, mas até de sobrevivência. Em favelas, tantas aulas são suspensas, por pessoas que estão sob risco de vida. Em São Paulo, tem de haver negociação com PCC e grupos criminosos para certas escolas funcionarem. Nós estamos em uma situação tão distante daquilo que ele contava, mas o essencial na transformação vai passar pelos professores, no plano da psicologia. Eu estava vendo agora, eu escrevi um livrinho não comercial, eu tinha escrito uns em torno de evasão escolar, uma experiência, chamado *Vidas*

Presentes. São histórias incríveis, de famílias nos confins das sociedades, coisas terríveis, que estão aqui no Rio de Janeiro. Coisas terríveis, que são exemplares de situações extremas que a gente encontra quando estuda evasão escolar e tal. E, agora, fiz um outro, sobre a experiência do Ensino Suplementar, dos projetos que são oferecidos na Maré, no complexo da Maré, na área do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja), da complementação ou suplementação educacional. Projetos muito bonitos, com professores muito bem formados, muito criativos, eles usam recursos da Fundação Roberto Marinho, que têm materiais interessantíssimos. E a experiência é revolucionária! Eu escrevo histórias de vida, basicamente, depoimentos sobre a experiência de ter passado por aí, depois de ter sofrido revezes graves no fundamental ou no ensino médio, a ponto de não terem seguido, seja no fundamental, seja no ensino médio. Se sentirem, antes, frustrados, incapazes, ignorantes e burros, sem capacidade, sem potencial, desmerecendo-se e reduzindo o seu próprio horizonte de expectativa e de desejo, de fantasia, sem coragem para dar uma opinião, achando que isso não era para ele ou para ela, etc., pessoas de várias idades, das mais diversas idades. Passando pela experiência educativa em que se aprende a respeitar o outro, a diversidade da opinião, mas encontrando, também, ambiente propício a se expor e pensar algo, aprendendo a pensar coletivamente, construção com informação, questionando seus preconceitos, seus medos a respeito de si mesmo, vendo novos horizontes, novas possibilidades. Isso é de tal maneira transformador, libertador, as pessoas fazem depoimentos que são comoventes e são radicais, é revolucionário, são outras pessoas! Porque se veem de outra maneira. Entendem de outra maneira onde estão, e veem, diante de si, outras possibilidades e, quase, ilimitadas, porque têm a limitação, material, mas não do desejo. É uma coisa extraordinária. Aí, a gente vê, primeiro, quão longe a gente está disso, porque, na educação formal, as turmas, as disputas, o *bullying*, às vezes o *bullying* que marca, o que leva a pessoa a desistir. Os professores tendo que atender a tanta gente, não conseguem atender, alguém que se perde no meio da aula, aí começa a achar que não tem capacidade, nunca vai entender que não é uma deficiência própria. De repente, você se vê potente, com capacidade, com possibilidade, encontrando, ali, pessoas de outras idades e dialogando. São histórias impressionantes, impressionantes! E não é nada tão transformador, porque lida com as emoções, com o imaginário, com a relação da pessoa consigo mesma e com os outros, nesse pequeníssimo universo em que as relações de outro tipo são ensaiadas, são experimentadas com liberdade, com a valorização de cada um. Então, os

professores são maravilhosos ali, porque eles não só têm talento, têm capacidade, competência, como um time intelectual, mas com competência emocional, capacidade de compreender a importância do seu papel, sensibilidade para entender os conflitos que vão surgindo. Olha aí, é uma coisa extraordinária, a experiência de educação, quando ela é assim criativa, aberta. E penso: *‘Meu Deus, se nós tivéssemos isso replicado e universalizado, o País seria outro, não é?’*

Submetida em: julho de 2020.

Aprovada em: julho de 2020.

Publicada em: julho de 2020.